



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1984.

(Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Osvaldo Alencar Furtado.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes.(58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela Ordem) Solicito chamada nominal para verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

24 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há quórum para prosseguimento da Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM 166/84

Curitiba, 27 de agosto de 1984.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir, para os cargos de que

tratam o art. 34, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980 e art. 10, da Lei nº 7.517, de 05 de novembro de 1981 (professores regionalistas e professores sem habilitação), 11 (onze) referências, conforme ocorre com os professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério e com a estrutura do sistema de classificação de cargos dos funcionários civis do Estado.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis é altamente significativo, eis que virá atender antiga e justa reivindicação daqueles professores que prestam inestimáveis serviços à coletividade, pois, via de regra, são lotados em unidades de ensino situadas nas mais distantes regiões, geralmente em áreas rurais e que, em sua maioria e por essa circunstância, não tiveram oportunidade para conclusão de cursos básicos que os habilitassem ao ingresso em cargos do Quadro Próprio do Magistério Oficial do Estado.

Outro ponto a considerar e que reflete os aspectos de inteira justiça e oportunidade da medida consubstanciada no anteprojeto de lei proposto, é o que diz respeito ao fato das categorias de professores regionalistas e professores sem habilitação estarem em processo de extinção e, por isso, integram a parte suplementar do Quadro Único de Pessoal, cujos cargos desaparecem, automaticamente, à medida em que forem se tornando vagos.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Os cargos abrangidos pelo art. 34, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980 e pelo art. 10, da Lei nº 7.517, de 05 de novembro de 1981, passam a ter onze referências, sendo que a primeira corresponde ao vencimento inicial do cargo e as seguintes calculadas mediante o acréscimo de 3% (três por cento) acumulados de uma para outra referência consecutiva, observando-se, cada um corresponde a 3 (três) anos de serviços, computados para todos os efeitos legais.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 167/84

Curitiba, 27 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.119.735.000,00 (dois bilhões, cento e noventa e sete milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), destinados a atender despesas com obras e instalações do "Anexo ao Plenário" da Assembléia Legislativa, para o exercício de 1984, conforme

solicitado pelo ofício 077/84/G - 1ª Secretaria dessa Casa.

Os recursos necessários à cobertura do presente crédito são provenientes do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.119.735.000,00 (dois bilhões, cento e dezenove milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a cobertura de despesas com obras e instalações.

Art. 2.º — Servirá, como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, o estabelecido no § 1.º, item II, do art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 março de 1964.

Art. 3.º — O crédito de que trata a presente lei não será computado para efeitos de cálculo do percentual de que trata o art. 38, da Constituição Estadual.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o nº 244/84, do Senhor WALDECIR DRANCKA — Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, comunicando a aprovação de Requerimento dos Vereadores NERI ANTÔNIO GARBIN e NELSON ANTÔNIO SGUAREZI homenageando os Delegados desta Assembléia Legislativa ao Colégio Eleitoral em razão das manifestas intenções de doar à Santa Casa de Misericórdia, nesta Capital, a ajuda a que tem direito pelas suas participações no citado espúrio Colégio Eleitoral, conforme decisão tomada pela Bancada do PMDB, amplamente divulgada na imprensa.
Ao conhecimento da Casa.

Telex:

Do Senhor EUCLIDES SCALCO — Chefe da Casa Civil, agradecendo atencioso convite, mesa redonda sobre EROSÃO E PRÁTICAS DE CONTROLE, congratulando Vossa Excelência e demais Ilustres Membros desta Casa de Leis, oportuna promoção voltada para estudos e valorização do solo e da agricultura paranaense.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 198/84, que visa obter autorização de crédito especial destinado a atender despesas com as obras e instalações do "Anexo ao Plenário" desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 168/84 — Mensagem do Poder Executivo — que visa reformulação da estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação dos Projetos de Resolução nºs 119 e 120/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja retirada da da Ordem do Dia, por 30 sessões, o Projeto de Lei nº 26/84, de autoria do nobre Deputado Edgard Pimentel.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A solução dos problemas que afetam o ensino de 3.º grau demanda realizações bem mais abrangentes que aquela preconizada pelo projeto de lei de autoria do nobre colega, Deputado Edgard Pimentel. Entendemos que são necessários estudos de profundidade sobre a matéria, e para tanto, o PMDB estará promovendo um FÓRUM DE DEBATES, conclamando tanto a classe estudantil quanto professores e dirigentes, para, juntos, traçarmos as linhas gerais de ação. Este FÓRUM de DEBATES terá, também, o objetivo de sensibilizar o Poder Executivo sobre a necessidade de liberação de verbas para o ensino de nível universitário.

Somente então, após a realização desse FÓRUM de DEBATES, com suas conclusões em mãos, estaremos devidamente apetrechados para discutirmos e aprovarmos o Projeto de Lei nº 26/84, se for o caso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr. CID PEREIRA JORGE, falecido - dia 27 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor CID PEREIRA JORGE, ocorrido nesta Capital, no dia 27 de agosto do ano em curso.

O extinto era pessoa de excelente relacionamento em nossa Cidade, vindo o seu falecimento causar enorme consternação a seus familiares e amigos.

Requer ainda, seja dada ciência desta decisão à família enlutada, na Rua Visconde do Rio Branco, 290 - ap. 02.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ADOLFO HENRIQUE KLINGER, ocorrido dia 20 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. RICIERI BRANDALIZE, ocorrido dia 28 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o disposto no Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido Plenário, o envio de manifestação de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Ângelo Moreira da Fonseca, ocorrido na cidade de Umuarama a 24 de agosto de 1984.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A Família Dr. Ângelo Moreira da Fonseca, com endereço em Umuarama, à Av. Castelo Branco nº 4170, recebe nossa manifestação de tristeza, de profunda consternação pelo prematuro passamento de Dr. Ângelo Moreira da Fonseca, exemplar chefe de família, advogado estimado entre seus colegas, Vereador à Câmara Municipal de Umuarama, presidente do Harmonia Clube de Campo, Chefe da 20ª Ciretran de Umuarama, Presidente do Diretório Municipal de Umuarama do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, munícipe altamente considerado em sua comunidade, é chamado pelo nosso Criador, porém, deixa nas páginas do livro de Umuarama, brilhantes efeitos, ações beneméritas, atos que deverão servir como exemplos aos que hão de vir depois. Sua pessoa e seus atos e obras permanecerão presentes, para sempre.

no coração dos umuaramenses que saúdam eternamente mais um dos seus benfeitores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Guido Bensone por ter recentemente assumido o cargo de Vereador no Legislativo da Municipalidade de Boa Esperança.

Mais do que nunca, o País através do seu povo, está a exigir amplas e profundas transformações no que diz respeito à situação econômica, social e política. Pois atualmente, como de há muito tempo, o Brasil tem sido vítima da ação de um Governo federal, que sem o respaldo do povo, tem imposto especialmente à classe trabalhadora, uma verdadeira recessão que só tem contribuído para o aceleração do grau de empobrecimento em termos de condições de aquisição.

Tais caóticas realidades apresentam consequências inúmeras. Mas no entanto, é fora de qualquer dúvida de que o fato mais alarmante dos que detêm o poder desde 1964 através do conhecido golpe militar contra o povo, é a centralização absoluta da fiscalização.

Em 1965, conforme uma Emenda Constitucional, foi determinada a falência dos Municípios Brasileiros, através de chamada reforma tributária, totalmente excessiva centralização de rendas nas mãos do Poder Central, cuja manipulação sempre foi de exclusividade dos generais tecnocratas.

O resultado, indiscutivelmente não poderia ser outro, senão a falência dos municípios, tendo em vista que os mesmos não dispunham em sua maioria (como hoje acontece) de mecanismos próprios arrecadadores.

Cabe portanto colocar como questão central uma luta conjunta de toda a sociedade, especialmente da classe política, no sentido de concretizar uma reformulação tributária capaz de devolver aos municípios uma autonomia própria.

Diante de tais preocupações, quanto da necessidade real de mudanças, seguramente que o papel do Executivo Municipal e do Legislativo no que diz respeito da discussão dos encaminhamentos a serem tomados em termos tributários, é o dos mais importantes. Já que as Administrações Municipais e os Parlamentos são os que mais têm sentido o sofrimento dos cidadãos diante da crise, da falta de emprego, das condições básicas de saúde, educação, saneamento, moradia, transporte, etc.

Por isto é oportuno, quando assume uma cadeira da Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança, o Senhor Guido Bensone, ressaltar as funções dos Vereadores quanto ao desejo do povo brasileiro de mudança, cuja esperança é em muito depositada nos Parlamentares a nível municipal.

Sala das Sessões, em 03 de setembro 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulações ao diretor de redação da "Folha de Londrina", WALMOR MACARINI, ao diretor Comercial da "Folha de Londrina", WALTER MACARINI e ao coordenador da Campanha do Café, OSWALDO EVANGELISTA DE MACEDO, pela realização da Campanha do Café e da Diversificação Agrícola, patrocinada pelo jornal "Folha de Londrina". Essa campanha visa restaurar o parque cafeeiro do Norte do Paraná e contribuir para ampliar a mão-de-obra no campo.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, voto de congratulações à Municipalidade de Iretama pelo seu 24.º aniversário de Emancipação Política e Administrativa, comemorado no último dia 30 de agosto, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Guaeter A. de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes dos Diretórios Municipais das Agremiações Partidárias existentes.

Já na metade da década de 50, começavam a aparecer naquela parte da região do centro oeste do Estado do Paraná, os primeiros grupos de pessoas com o objetivo de ali iniciar o desbravamento através da derrubada das plantações nativas, iniciando deste modo, o primeiro ciclo desenvolvimentista de Iretama, a exploração da madeira.

Aliado à presença das primeiras casas residenciais e o pequeno comércio, além da própria exploração da madeira no final ainda da mesma década, surgiram também a formação das primeiras lavouras.

Com o passar destes tempos, a localidade de Iretama via seu povoado sendo ampliado consideravelmente à medida que mais famílias inteiras chegavam atraídas pelos potenciais existentes, havendo aos poucos estes mesmos potenciais explorados ou disponíveis para tal.

Mais, pois, seguramente que foi na década de 1960 que aquela rica e vasta região teve o seu progresso em estágio mais avançado, já que o grande número de propriedades rurais estruturavam-se, surgindo através destas, índices bastantes altos em termos de produção.

Tais fatores é que contribuíram decididamente para que, em 1960, dia 25 de julho, de acordo com a Lei de Número 4.245, Iretama foi levada à categoria de Município, desmembrando-se do Município de Campo Mourão. No ano seguinte, 1961, exatamente no dia 10 de novembro, era então efetivamente instalado oficialmente o município, sendo na mesma oportunidade, empossado como primeiro Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Francisco Ruiz.

Os desafios agora também eram outros, pois Iretama se emancipava política e administrativamente, tendo portanto que determinar sozinha os seus destinos.

Muito rapidamente, os iretamenses foram construindo com os seus ideais determinação e coragem, caracterizando assim o pioneirismo, um município, tornando-se o mesmo um dos principais municípios da Microregião Doze (COMCAM -

- Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão).

Dentro de uma área total de 567.760 Km 2, são produzidas diversos cultivos, destacando-se principalmente as lavouras de arroz, feijão e milho, existindo também, a presença da pecuária, tanto de corte como a que forma a bacia leiteira, ambas favorecidas pelo clima temperado que se faz presente o ano todo. Dentro deste parâmetro, aliás, o fato que também se destaca naquele progressista município, diz respeito às propriedades rurais, existindo grande número destas de pequeno porte, não havendo praticamente o latifúndio.

Tal condição, que bem ilustra o grande número de pequenas propriedades ruralistas, está no próprio povo: em 1970, a população total era de 15.050. Em 1980, com pesquisas do Censo, registrou-se só na área rural o número de 17.836 moradores; o restante, 4.266 no perímetro urbano, totalizando 22.102 habitantes.

Foi um dos poucos municípios que não teve o seu índice populacional diminuído, (isso em termos da região de Campo Mourão assim como a nível estadual) pelo contrário, conseguiu aumentá-la, mesmo diante do desestímulo do Governo Federal, através dos seus infinitos tecnocratas do poder, beneficiando apenas os grandes latifúndios que acabou em outras regiões, com o pequeno agricultor, expulsando-o do campo, constituindo-se aí, a origem e fundamento do êxodo rural.

Iretama possui como principais acidentes geográficos, os rios: Corumbataí, Muquillão, Laranjeira, Chupador e Santo Antônio, sendo que tais mananciais hídricos cortam várias partes do solo fértil, cuja grande extensão de terras limita-se com os Municípios de Campo Mourão, Barbosa Ferraz, São João do Ivaí, Pitanga e Roncador.

Não poderia portanto, deixar de congratular-me como o laborioso povo iretamense que comemorou no último dia 30, mais um ano de sua emancipação, festejado dentro de uma grande programação organizada pela Prefeitura Municipal e lideranças comunitárias, políticas e religiosas, onde também se realizou festa da padroeira do município.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja consignado nos Anais deste Poder, um voto de louvor aos dignos magistrados Carlos Raitani, Luiz Carlos Reis, Francisco de Paulo Xavier Neto, Darcy Nasser de Melo, Pedro Barry e Luiz Viel, nomeados no dia 31 de agosto próximo passado, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para integrar o Egrégio Tribunal de Alçada do Estado.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência a cada um dos homenageados, bem como aos dignos Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Os Juizes Carlos Raitani e Luiz Carlos Reis

foram nomeados por antiguidade, após vários anos de relevantes serviços prestados à Justiça.

Pelo critério de merecimento, os Doutores Francisco de Paula Xavier Neto, Darcy Nasser de Melo e Pedro Barry foram escolhidos, depois de figurarem em lista elaborada pelo Tribunal Pleno, contendo o nome dos nove mais destacados Juizes do nosso Estado.

Quanto ao novel magistrado Luiz Viel, sua escolha resultou de lista triplíce também elaborada pelo Tribunal Pleno, dentre componentes de carreira do Ministério Público.

Desnecessário se torna dizer da qualidade e capacidade profissional desses novos componentes do Tribunal de Alçada do Estado, pois, independentemente do critério de escolha, os méritos dos indicados e, conseqüentemente, dos nomeados, são reconhecidos por todos os militantes das lides forenses em nosso Estado.

É, pois, com satisfação, que levamos a presente proposição à apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Doutor LUIZ SILVA ALBUQUERQUE, ex-Governador do Distrito L-6 do Lions Internacional com ação desenvolvida no período da gestão 83/84.

Sala das Sessões, 03 de setembro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Raramente uma atuação de Governador do Lions foi tão profícua quanto à do Doutor Luiz Silva Albuquerque. Sua ação deu ênfase a uma preocupação com o aspecto do atendimento social e do fortalecimento e expansão da organização. No primeiro caso, houve a coincidência lamentável da grande enchente nos Estados do Sul, particularizando-se o caso do Paraná, o que acabou por exigir um esforço redobrado de todos no atendimento aos flagelados, caso em que destacou-se a ação assistencial do Lions, tendo à frente o seu então Governador, Doutor Luiz Silva Albuquerque. Ao longo de toda a tragédia, foram realizados contínuos e ingentes esforços no sentido de minorar o sofrimento das populações atingidas, pela estimulação de campanhas de angariação de roupas, alimentos e medicamentos.

No segundo caso, foi admirável o esforço, traduzindo em viagens e contatos com os mais longínquos clubes de Lions, procurando um conagraamento cada vez mais estimulante e proveitoso.

Vale salientar ainda, as campanhas de auxílio a todos os flagelados pela seca do Nordeste do Brasil, quando foi feita campanha de levantamento de recursos, e os movimentos em favor do maior apoio aos idosos e ao controle dos males que atingem a visão, a prevenção ao uso de drogas e o controle da diabete.

Finalmente, merece salientar-se a boa administração realizada, refletida nos resultados financeiros obtidos e cujas benesses foram repassadas ao seu sucessor.

Outrossim, é requerido o envio de cópia deste requerimento ao atual Governador do Distrito L-6

do Lions Internacional, Doutor Mário de Mari, bem como ao Doutor LUIZ SILVA ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Doutor GILBERTO GARBI, DD. Presidente da TELEPAR - Cia. de Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando providências urgentes para a instalação de dois telefones públicos no Bairro São Cristóvão, Município de Capanema, sendo um nas proximidades do Grupo Escolar, e outro nas proximidades da Cooperativa.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Bairro de São Cristóvão, em Capanema, apesar de ser um bairro de consideráveis proporções, conta com poucos telefones particulares, causando sérios transtornos à população. O pedido para a instalação de telefones públicos é uma reivindicação da comunidade inclusive apoiada pela Câmara Municipal, e temos certeza merecerá a devida atenção da Telepar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, sejam enviados estudos no sentido de se instalar uma Guarnição desta prestigiosa Organização, no Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo vereador João Garcia Espíndola, do Município de Marialva, e deferido pela Mesa Executiva da Câmara Municipal é que fazemos o presente.

O Município de Marialva encontra-se localizado entre os Municípios de Maringá e Mandaguari, e não possui uma Guarnição da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Esta é uma aspiração da população marialvense, representada pelo nobre edil, que clama por maior segurança na área policial e, com a instalação desta gloriosa Guarnição, haveria maior tranquilidade entre os munícipes.

Tendo em vista o exposto, solicitamos que estudos sejam desenvolvidos neste sentido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, para que estudos sejam procedidos no sentido de se criar um Curso de 2.º Grau, na Escola Unidade Pólo, no Bairro do Jardim Alvorada, em Maringá.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo edil Milton Rocha, de Maringá, e deferido pela Mesa Executiva da Câmara Municipal, venho endossar tal reivindicação.

O bairro do Jardim Alvorada, pode-se dizer que é uma cidade dentro de Maringá, por ser um dos mais populosos, com grande contingente de população estudantil, e não possui o Curso do 2º Grau nas suas Escolas.

Assim sendo, em nome da população estudantil do Jardim Alvorada, das Associações de Pais e Mestres de todas as Escolas de 1º Grau daquela área urbana, Associação Comunitária do Bairro e do Vereador, legítimo representante daquele povo, solicitamos que estudos minuciosos fossem pautados por quem de direito, para que tais providências possam ser tomadas.

Vale-se ressaltar que grande número de alunos ao concluírem o 1º Grau abandonam os estudos por falta, naquele setor da cidade, do curso de 2º Grau.

Tendo em vista a justificativa exposta ressalta-se a premente necessidade da criação do aludido curso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais e Senadores, pelo Paraná, para que seja desencadeada uma ação vigorosa no sentido de limitar a correção dos aluguéis, que se encontram na ordem de 200% ao ano, mormente nos imóveis comerciais das micro e médias empresas que estão sacumbindo, pelo alto índice apresentado.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

As Associações Comerciais, preocupadas com os rumos que a economia nacional vem tomando, dado principalmente à incontrolável inflação que nos assola e dilapida os meios de pagamento e ainda, tendo em vista as dificuldades notórias por que passam as micro e médias empresas nacionais, na realidade o verdadeiro suporte social para o emprego de mão-de-obra, rogam seja desencadeada uma ação vigorosa no sentido de limitar a correção dos aluguéis de imóveis comerciais de vez que grande número de pequenos empresários não têm mais condições de suportar as constantes atualizações, na ordem de quase 200% ao ano, quando a retratação econômica em que vivemos não permite suportar tais elevações, sem prejuízos do próprio sustento desses pequenos e microempresários e de suas famílias. Há que se examinar a distorção que vem ocorrendo, devido à indexação da economia, em detrimento dos que trabalham e exercem atividades empresariais autônomas e profissionais, uma vez que os imóveis já gozam do benefício da manutenção dos seus valores, face à inflação, não sendo justo que, além disso, possam permitir renda avaliável segundo índices proibitivos, destruidores da livre iniciativa e da continuação de legítimas atividades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR, seja enviado estudo no sentido de que seja mudada a atual sistemática de aferição das balanças nas casas comerciais, passando as atribuições às Prefeituras, que terão as condições necessárias para efetuar uma fiscalização mais atuante e freqüente em benefício dos consumidores.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo Vereador Nereu Vidal César, e deferido pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Maringá, é que fazemos o presente.

Ocorre que as Prefeituras Municipais têm mais condições de efetuar as aferições das balanças com maior freqüência vindo a beneficiar os consumidores que, constantemente, reclamam contra os abusos que lhes são impostos por comerciantes que agem de forma desonesta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Max Rosenmann Diretor Superintendente do IPE - Instituto da Previdência do Estado, seja construído um prédio próprio, em Maringá, para melhor funcionamento e conseqüente atendimento deste órgão, bem como, seja ampliado o campo de assistência.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo Vereador Laurindo Otsuki Tomoike, e deferido pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Maringá, é que fazemos o presente.

Segundo o nobre edil, o IPE necessita de um prédio próprio para o seu funcionamento, bem como seja ampliado o campo de assistência, vez que a assistência atual não vem correspondendo com as reais necessidades dos contribuintes, mormente porque a atual agência, não proporciona mínima condição de um atendimento satisfatório.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, sugerindo isenção do ICM nas parcelas relativas ao acréscimo sobre as vendas a prazo.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estamos de posse de um ofício do Senhor Wagner

Rós Ortis, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Loanda, que nos solicita o que estamos requerendo.

Em nome dos associados desta Associação, e temos a certeza de que a medida seria apoiada e aplaudida por todas as associações do Estado do Paraná, solicitamos que seja enviado estudos no sentido de viabilizar a isenção do ICM nas parcelas relativas ao acréscimo sobre as vendas a prazo, a exemplo do que ocorreu no vizinho Estado de Santa Catarina.

Tal medida, temos certeza, não acarretaria perda de arrecadação por parte do Estado, pois estamos certos de que, com a isenção sobre os acréscimos, o custo final ao consumidor seria menor, enquadrando-se, via de regra, ao seu orçamento, aumentando assim, a demanda de produtos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário dos Transportes, solicitando sejam tomadas providências para que o asfalto ligando Santo Antônio do Sudoeste a Barracão, tenha seu trajeto passando por Marciánópolis - Linha Formosa - Barracão.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento visa atender pretensão justa de localidade de maior densidade populacional, assim como volume de produção, fazendo com que um novo traçado desta rodovia atinja com maior plenitude seu objetivo social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, que sejam enviados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando urgentes providências no sentido que seja instalado um aparelho eletrotônico no Posto de Saúde de Medianeira.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A inexistência de um telefone no Posto de Saúde de Medianeira, obriga um funcionário a se deslocar de seu local de trabalho, acarretando prejuízos e demora no atendimento aos usuários.

Assim sendo, é conveniente, em virtude da necessidade de se melhorarem as condições de trabalho.

Os motivos expostos, entre outros, justificam nossa solicitação e corresponde aos anseios dos funcionários do Estado lotados no Posto de Saúde de Medianeira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência,

após ouvido o Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, solicitando urgentes providências no sentido de que sejam feitos reparos na Escola Miguel Schleder no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Tivemos a oportunidade e desprazer em verificar "in loco" há dias atrás, a situação em que se encontra o referido imóvel. Não esperávamos encontrá-lo da forma em que está ou seja, em completo e real abandono, haja vista que a educação, além de ser um pressuposto básico para se obter mínimas condições de formação dos alunos, é ainda um dos aspectos e preocupação da Secretaria da Educação nesta gestão do Governo José Richa.

Desta forma, sentimo-nos na obrigação e no dever de efetuar esta reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira para a construção de um terminal rodoviário de passageiros na Municipalidade de Quinta do Sol.

A ACAMDOZE - Associação de Câmaras Municipais da Microregião Doze, em reunião realizada recentemente, aprovou, entre outros pedidos, Requerimento do Excelentíssimo Senhor Helmut Etgeton, Presidente da Câmara Municipal de Quinta do Sol, em nome do conjunto dos Vereadores daquele Poder Legislativo, reivindicando dessa Secretaria de Estado dos Transportes que estude as reais possibilidades de se determinar a construção de um terminal rodoviário de passageiros, através da liberação de recursos financeiros.

Com a área total de 323.893 quilômetros quadrados onde vive uma população de 7.692 (segundo dados do Censo realizado em 1980) sendo que 2.680 residem no perímetro urbano, 5.012 moradores na zona rural, Quinta do Sol tem a sua base de desenvolvimento nas atividades agropastoris, além do comércio diversificado.

Tais dados bem justificam a construção de um terminal rodoviário em Quinta do Sol. Ademais, o município situa-se às margens da rodovia PR-082 que liga de um lado os Municípios de Fênix e Barbosa Ferraz (entrando pela BR-369) e em sentido contrário interliga a BR 317, conseqüentemente ligando aos Municípios de Engenheiro Beltrão, Peabiru e Campo Mourão (este último Município citado, é sede da Microregião Doze). Em função do traçado de tais rodovias é que Quinta do Sol também apresenta um grande número de veículos que transitam por aquela região.

Neste sentido, em razão da enorme importância da cidade de Quinta do Sol, faz-se necessário que seja avaliada a possibilidade de se construir a pretendida obra, que inclusive está fundamentada o seu interesse na própria manifestação dos cidadãos, notadamente os usuários de veículos de transportes intermunicipais.

Pelas razões expostas, espera-se dessa Pasta a adoção de medidas que venham de acordo com os interesses da população de Quinta do Sol, no tocante à construção do referido terminal, cujo pedido já foi motivo de Requerimento apresentado nesta Casa de Leis no dia 6 de maio do ano passado.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais no Colégio Estadual Princesa Isabel - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Araruna.

A Administração Municipal de Araruna, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, enviou a este Deputado abaixo subscrito, correspondência em que o mesmo relata a situação das instalações onde funcionam o Colégio Estadual Princesa Isabel. O referido estabelecimento educacional apresenta uma série de deficiências, tais como: parte elétrica, água e esgoto, pintura, calçamento externo e janelas.

Em face dos motivos ora expostos, espera-se dessa EMOPAR e Secretaria de Estado da Administração a necessária adoção de medidas que venham de encontro não somente da Prefeitura Municipal de Araruna e diretoria daquele educandário, mas também do conjunto do professorado, funcionários e estudantes.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, solicitando a designação de um Procurador especial para acompanhar o inquérito referente ao assassinato do Senhor Darci Farias Machado, conforme documentos que anexa ao presente.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O assassinato do Senhor Darci Farias Machado, de Dois Vizinhos, abalou a sociedade do sudoeste do Paraná. Pelo que se depreende do contido nas peças em anexo, há suspeita de envolvimento de integrantes da Polícia Civil naquele hediondo crime.

Pela gravidade do ocorrido, urgem medidas acauteladoras, para que o inquérito possa tramitar com toda a segurança visando apurar-se toda a sua extensão; não nos podemos quedar, na posição de expectador.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um Delegado especial para acompanhar o inquérito sobre a morte do Senhor Darci Farias Machado, em Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A assassinato do Senhor Darci Farias Machado, do município de Dois Vizinhos, abalou a sociedade do sudoeste do Estado. Pelo que se depreende do contido nas peças em anexo, suspeita-se de envolvimento de integrantes da Polícia Civil naquele hediondo crime.

Pela gravidade do ocorrido, não nos podemos quedar, na posição de expectadores; urgem medidas acauteladoras para que o inquérito possa tramitar com toda a segurança, visando apurar-se toda a sua extensão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. JOSÉ CALIL RICHÁ, DD. Governador do Estado do Paraná, para que o mesmo libere com urgência, maiores recursos para compra de sementes a fim de se beneficiar o pequeno e médio produtor do Vale do Ivaí, principalmente a do feijão que ultimamente foram danificadas com as fortes geadas, quando as plantações já estavam, em fase de desenvolvimento; como é de conhecimento de nosso Governador esta região é essencialmente agrícola e as terras férteis que a compõe, muito contribuem para os municípios e o Estado com uma boa produção.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É alarmante o crescimento da criminalidade e da violência nos grandes centros urbanos do país nos últimos anos. Tal fato tem se agravado, particularmente, nos meses mais recentes.

A razão mais de fundo para esta situação é, sem a menor dúvida, a grave crise econômica que assola a Nação. A recessão e o desemprego cobram o seu preço, deteriorando de forma insuportável as já péssimas condições de vida de nosso povo. Portanto, a solução do problema exige, antes de mais nada, o enfrentamento das questões sociais.

Curitiba não se constitui exceção à regra. Pelo contrário, aqui também surge o fenômeno do crescimento da criminalidade ao lado do agravamento do desemprego, da fome e da miséria.

Atendendo solicitação da Comissão de Segurança Pública e Defesa dos Direitos Civis, da Câmara Municipal de Curitiba, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados os seguintes expedientes:

a) ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que o mesmo forneça-nos informações com dados estatísticos referentes

à elevação dos delitos contra o patrimônio em Curitiba;

b) ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Justiça, no sentido de que o mesmo forneça-nos informações com dados referentes às fugas e evasões de sentenciados dos estabelecimentos penais do Estado.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado José Richa, que, através de estudos devidos, libere recursos de ordem financeira a serem destinados ao Asilo São João Batista, localizado na Municipalidade de Moreira Sales.

A Câmara Municipal de Vereadores de Moreira Sales, em Sessão Plenária realizada recentemente, aprovou por unanimidade de votos, Requerimento de autoria do Nobre Vereador José Ferreira e Silva, em que pedia a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na conclusão das obras de construção da futura sede própria do Asilo São João Batista.

Fora de qualquer dúvida, a iniciativa do citado Vereador, que é também Presidente do Legislativo daquela cidade, é das mais importantes, tendo em vista que a conclusão da referida sede instituição beneficente é fator primordial, uma vez que através da mesma permitirá oferecer as pessoas carentes maior número de acomodação, assim como melhores condições de atendimento.

Em virtude do posicionamento dos integrantes do Legislativo Municipal de Moreira Sales, quanto a necessidade da conclusão das obras do Asilo São João Batista, espera-se do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa a adoção de medidas que venham de encontro a reivindicação ora explicada.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido ao Governador do Estado do Paraná, José Richa, no sentido de conceder estabilidade no emprego aos funcionários estaduais sob regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, com cinco anos ou mais na função.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Para admissão ao serviço estadual é constitucional a norma de o ser apenas mediante concurso público. Antes da Constituição de 1967, ao lado do quadro estável de pessoal, era comum o uso da admissão de novos empregados em quadros extranumerários, para atender emergências administrativas que não poderiam ficar no aguardo da tramitação morosa que normalmente caracteriza tais atos, mercê das formalidades burocráticas que envolvem a nomeação de funcionários públicos efetivos.

A partir de 1967 esse mecanismo foi abolido

pela nova Constituição, dando estabilidade funcional a quem com, mais de cinco anos de serviço público prestados, enquanto que determinou a obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos, para o primeiro provimento em cargos públicos, ao mesmo tempo abrindo a possibilidade de contratação de pessoal para executar serviços temporários ou para prestação de serviços técnicos especializados sob o regime da Consolidação das Leis de Trabalho.

A sucessão de novas normatizações, tanto pela Emenda Constitucional nº 1 de outubro de 1969, como pelo ordenamento dado pelo Governador Estadual, jamais chegaram a atender plenamente os anseios do funcionalismo proporcionando a estabilidade plena de emprego, mas deixando, isso sempre o desconforto e o temor da dispensa discricionária. É muito comum casos de vínculos empregatício com o Estado ao longo de muitos anos, quando o maior volume não capacidade criativa de trabalho do indivíduo é despendido no trato dos assuntos públicos e, repentinamente, por fatores às vezes estranhos ao relacionamento normal entre empregador/empregado, o aviso sumário de uma demissão leva o funcionário a galeria nada animadora dos desempregados na busca de um emprego, já agora, extremamente difícil, pois sua faixa etária certamente não será a usualmente admitida no mercado de trabalho, adicionando-se a tudo isso o grave momento recessivo e de crise da nossa economia.

É necessário, para o bem social, que o Governo Estadual dê efetividade aos funcionários regidos pela C.L.T. e com cinco ou mais anos de serviço público, proporcionando a garantia do emprego a que foi contratado segundo normas que permitem o seu desligamento a qualquer tempo. Isso não invalida a tese de necessidade e defesa do concurso público, mas apenas e tão somente, visa dar apoio ao entendimento obtido de que após cinco anos de função pública muito foi assimilado do trabalho e, acima de qualquer outra consideração está plenamente demonstrada a capacidade de execução das tarefas inerentes à sua atividade.

Finalmente, requer seja encaminhado cópia do presente Requerimento à Associação dos Funcionários Públicos do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja enviada ao Excelentíssimo Senhor Governador, solicitação de plano integrado, reunindo as Secretarias, de Saúde, Educação e Assuntos Comunitários visando a implantação do sistema estadual de creches junto às escolas do Estado.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

Considero de fundamental importância a assistência integral à criança, principalmente nos primeiros anos de vida.

Na situação sócio-econômica insustentável em que se encontra a nação; os fatores interligados que passamos a expor se intensificam a cada dia:

— O alto índice de mortalidade infantil por falta de condições mínimas de saúde e alimentação, além das condições da mãe durante a gestação.

— Os acidentes de várias naturezas de que são vítimas crianças, que permanecem sozinhas ou sob os cuidados de outras crianças, enquanto os pais trabalham ou permanecem hospitalizados.

— Considere-se por exemplo "os números" do Hospital de Queimados ou do Clube de Soda.

— As crianças que deixam de frequentar a escola porque cuidam dos irmãos menores, na ausência da mãe que trabalha.

A implantação do sistema estadual de creche junto à rede escolar, numa atuação conjunta das Secretarias referidas possibilitaria:

— Assistência alimentar, médica e educacional a um grande número de crianças carentes, das zonas urbana e rural.

Estima-se em 150.000 o número de crianças carentes em fase pré-escolar no Estado.

— Condições para as mães trabalharem fora de casa concorrendo para a melhoria da renda familiar.

A oferta maior de trabalho, no momento, é de empregada doméstica.

— Campo de treinamento profissional dos formandos nas áreas da saúde, pedagogia e Assistência Social.

Estágios gradativos remunerados que serviriam à triagem dos funcionários que integrarão o quadro de funcionários.

— Convênios com as Universidades e Instituições de Ensino — Profissionalizante para a Coordenação dos Estágios.

— Repasse de dotações orçamentadas referentes às obrigações sociais das empresas.

— Descentralização do atendimento à clientela, formando núcleos para a futura escola integrada, incentivando a vida comunitária.

— Envolvimento da comunidade na construção dos agregados ou adaptação dos espaços disponíveis, quando for o caso.

— A orientação dos pais por assistentes sociais, educadores sanitários ou pedagogos, por ocasião das reuniões dos usuários desse serviço.

A realização desse plano integrado, seria sem dúvida um processo dinâmico de geração de possibilidades crescentes, atendendo a uma das metas prioritárias do Governo José Richa — A melhoria da qualidade de vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitação para que seja agilizado um plano de ação conjunta, envolvendo as Secretarias de Educação, Saúde, Assuntos Comunitários e Segurança Pública, para a implantação de oficinas de orientação para o trabalho, assegurando assistência integral ao menor carente, ao abandonado e ao infrator.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

Entre os fatores que levam à marginalidade e ao crime organizado figuram de maneira destacada a formação de bandos por menores abandonados.

Acentua-se o problema de modo especial nas Américas. Apresentando-se nos Estados Unidos em

faixas contrastantes da sociedade, os ociosos das famílias mais abastadas e aqueles dos guetos negros mexicanos ou porto-riquenhos, onde os jovens se afinam condenados pela segregação racial a subcondições de vida.

Na América Latina talvez o caso mais grave seja o da Colômbia, gerado por condições semelhantes às do Brasil com assustadores contingentes de delinquência juvenil e infantil.

No Brasil o problema assume dimensões alarmantes. A violência urbana é marcada por bandos de meninos que assaltam à luz do dia, numa busca desesperada de sobrevivência. Não menos alarmante é o processo de alienação gradativa que torna alguns apáticos como mortos vivos.

Nos últimos três anos o índice de menores carentes cresceu 90% no Brasil, segundo o Presidente da Associação Brasileira de Juízes de Menores, Dr. Moacir Danilo Rodrigues.

Esse quadro é uma das transparências do modelo sócio-econômico brasileiro concentracionista, nitidamente suicida e sobre a qual se sobrepõem os véus, tais como: medidas paliativas, outras repressivas ou ainda aquelas "brilhantes" idéias Maltusianas dos extermínios ou esterelização das mulheres pobres.

O Estado do Paraná tem canalizado esforços em prol do menor carente e algumas cidades já adotaram o Projeto Meninos de Rua com relativo sucesso.

Os dados fornecidos pela Delegacia de Proteção ao Menor, porém, são expressivos tendo sido registrada a passagem de 6.000 menores, dos quais 2.500 reincidentes no período.

Estima-se que haja 350.000 menores carentes dos quais 50.000 só em Curitiba.

Faz-se necessário juntar forças no sentido de um projeto integrado abrangente aos vários níveis que supõe os troncos da problemática. A assistência deve ser indiscriminada ainda que datada de procedimentos específicos em cada uma das grandes divisões, que serão estabelecidas a nível de análise:

1. O menor carente, aquele produzido pelo desemprego ou subemprego dos pais, habituado à vida familiar e que tenta frequentar a escola.

2. O menor abandonado, que em geral procede de família desagregada e se agrupa através de uma liderança quase sempre marginal.

3. O menor infrator interno ou não, em escolas convencionais ou com possibilidade de reincidir.

4. O menor deficiente de família pobre que não consegue frequentar escola especializada.

A experiência, mais que a lógica, aponta as faixas centrais como possíveis de se unificarem engrossando o índice do infrator e com a mesma possibilidade a primeira pode passar para a segunda, dependendo das circunstâncias, num círculo vicioso deprimente.

Da mesma forma a última das faixas é significativa em vista do sofrimento e das famílias por falta de condições que os levem a integrar-se e sentirem-se úteis.

A presente proposição tem o objetivo de curar a ferida enquanto é possível, a partir da integração dos órgãos governamentais com a comunidade, as universidades e as instituições religiosas ou leigas.

A orientação para o trabalho, em oficinas diversificadas, seria um primeiro passo que possibilitaria oferecer também a assistência alimentar, de saúde,

e orientação educacional.

Considerando as características sócio-econômicas de cada Município (zona urbana ou rural) as opções de aprendizado dos ofícios será coerente com o emprego de mão-de-obra previsto no plano de desenvolvimento

A coordenação municipal propicia a adequação ao contexto cultural e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e naturais de cada região.

O envolvimento efetivo da comunidade no projeto representa a interação desejável para o sucesso do projeto:

— os aprendizes prestarão serviços na medida em que adquirirem capacidade e que forem solicitados.

— a produção da equipe de aprendizes poderá ser comercializada revertendo a verba para a oficina de origem.

— a possibilidade dos aprendizes prestar estágio remunerado nas empresas locais.

— os orientadores serão selecionados entre os profissionais da localidade.

O estabelecimento de convênios com o MEC abriria um campo de treinamento profissional nas áreas da saúde, pedagogia, serviço social e psicologia, através de estágios gradativos.

Sendo a estruturação das oficinas de orientação para o trabalho tarefa para uma equipe multidisciplinar, registrarei apenas essas linhas de atuação.

Na certeza de que tal projeto será bem recebido, reafirmo minha convicção; é um princípio de justiça social, uma possibilidade de crescimento e o pagamento de uma dívida antiga, que aniquila as possibilidades de vida de tantos jovens.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Nacional Pró-Memória veemente apelo para que sejam tombadas, as terras de ocupação imemorial dos grupos tribais remanescentes das grandes Nações Indígenas, no Brasil, na forma do Decreto Lei n.º 25 de 25 de novembro de 1937; "Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

Requer ainda, seja dada ciência deste documento, bem como comentário técnico anexo, aos chefes indígenas e comissões pró-índio.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

"Todos os homens, nascem iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

Art. 1º — Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Julgo de fundamental importância seja referendado pelo douto Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a legitimidade do indigenato que é fonte primária e congênita da posse territorial, o que é fato reconhecido desde o Alvará de 1.º de abril de 1680, como "direito congênito".

Em vista dos conflitos havidos e que sobretudo, neste momento ocorrem em função da especulação com os territórios indígenas, causando o extermínio de alguns grupos tribais e condenando o esmaecimento das grandes nações indígenas à condição de miseráveis esmoleiros ou levando-os a engrossar o contingente de bóias-frias; espectros ambulantes dos vigorosos habitantes da Terra de Vera Cruz.

Considerando que para o índio a terra é o fundamento e a razão de sua relação com o universo, não será essa terra, objeto de posse enquanto suporte de sua cosmovisão assim não se pode confundir essa demanda com a posse civil carente de legitimação, mas, se faz necessário, em caráter de emergência, instrumentar a defesa destes territórios na forma do Decreto Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.

Nossa história, é a própria história da dominação etnocêntrica, em relação ao índio, só mudamos a forma de oficializá-la — se antes o julgávamos sem alma, agora regulamentamos sua incapacidade. Não se fundamenta, sem dúvida, este diagnóstico em conceitos antropológicos. A tese da "incapacidade relativa", que impõe a tutela humilhante do órgão Federal da assistência ao silvícola e que no projeto do novo Código Civil, Art. 3º inciso IV, regrida, declarando-os "absolutamente incapazes" se me afigura, não só inconsistente, mas de má fé.

Como julgar absolutamente incapazes homens que lutam com tanta fibra por manter sua integridade existencial na sobrevivência da comunidade?

TOMBAMENTO DA TERRA INDÍGENA

Breves considerações sobre a aplicabilidade do Decreto Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.

Do preceito legal e da nova estrutura da SPHAN PRÓ-MEMÓRIA.

"Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", com fundamento no Art. 180 da Constituição do Brasil, título IV.

"O amparo à cultura é dever do Estado".

Capítulo I — Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 1.º — Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 2.º — Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamentos os monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana".

Capítulo II — Do Tombamento.

Art. 4.º — O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o Art. 1.º desta lei, a saber:

1.º — No livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2.º do citado Art. 1.º

Considerando a realidade brasileira, a diversidade geofísica e cultural das regiões que integram esse País continente, não se poderia admitir a generalização mas assumir a especificidade etno-histórica e portanto a diversificação dos métodos da análise e critérios de valoração, nas estratégias de ação pertinentes a preservação do patrimônio cultural. (os grifos são meus).

O registro gravado sobre o ambiente geofísico, pelos grupos humanos em busca de organização social representa o documento histórico primordial e portanto prescinde de valoração estética.

O tombamento de terras indígenas procede, conforme o texto legal referido.

Capítulo I - Art. 1.º — mais do que interesse público é anseio básico dessas comunidades a julgar pelas reivindicações que têm sido feitas; — a vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil é indiscutível;

§ 2.º — Quanto à feição notável, ainda que o texto legal se apegue ao tangível, pode-se considerar o registro gravado sobre o solo.

Considerando que a terra para o índio não é objeto de posse, divisão ou troca, mas a base de suas relações com o universo;

- tem sido motivo de conflitos constantes, pelo fato da tutela exercida pelo órgão federal, ainda que inconstitucional, de ter o poder de transferir-lhes ou explorar suas terras a bem da "segurança nacional ou do desenvolvimento econômico".

Considerando a cadeia de complexos culturais indo-americanos e a diversidade de suas manifestações, num processo dinâmico de extrema modalidade.

Considerando que essas sociedades tribais detêm uma sabedoria existencial milenar que abrange desde o reconhecimento e a classificação da flora local (para usos medicinais) ao exercício de tecnologias endógenas para a obtenção dos frutos da terra e das águas, do manejo adequado dos solos, da construção, e dos manufaturados.

São valores culturais que criam referências para as propostas de atuação, numa estratégia de desenvolvimento integrado.

O SPHAN é a mais antiga entidade oficial de bens culturais da América Latina e vem desenvolvendo esforços de adequação constante para operacionalizar conceitos mais abrangentes, buscando integrar outras entidades no seu programa de trabalho, inaugurando, a partir da fusão com a PRÓ-MEMÓRIA, uma fase de envolvimento efetivo com as comunidades intimamente associadas a esses bens.

Considerando a disposição expressa nas estratégias de ação da SPHAN PRÓ-MEMÓRIA.

"Diante desse desequilíbrio deformador da fisionomia da instituição, impunha-se a formulação de um conceito mais abrangente de bem cultural, atento para as múltiplas manifestações do fazer do homem brasileiro e para as condições do meio ambiente em que se insere esse fazer". Corrigindo as distorções que privilegiam os monumentos de pedra e cal mais representativos da aculturação européia no Brasil, em detrimento das medidas de "preservação do

patrimônio arqueológico, do patrimônio natural dos arquivos históricos e iconográficos, do acervo etnográfico, entendido este no sentido lato e abrangendo as culturas das etnias indígenas".

Ainda que cultura e natureza tenham sido por tanto tempo objetos de estudos separados e até rivais, há hoje um consenso entre os estudiosos ligados às áreas de proteção do patrimônio cultural e ecológico.

Essa posição é nítida na afirmação de Francesco de Castri em conferência proferida na F.A.O., em Roma em 1979;

"A diversidade cultural e a diversidade ecológica são dois lados de uma mesma moeda, o que convém a estabilidade da biosfera a longo prazo, convém também à humanidade através do fortalecimento das identidades culturais nacionais e regionais".

Assim, sob a ótica da proteção do patrimônio cultural e ecológico, o tombamento de terra indígena, é estratégia coerente para assegurar a sobrevivência dessas comunidades bem como de importantes reservas biogenéticas.

A mestiçagem cultural e o tempo histórico diferente e defasado passaram a ser traços fundamentais de toda América Latina, e é exatamente nessa originalidade, tomada como fonte referencial, que deveríamos estruturar nosso desenvolvimento numa tarefa de restauração da autonomia nacional.

1 e 2 — Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Parte V MEC SPHAN PRÓ-MEMÓRIA Brasília, 1980.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Federal de Educação, solicitação das providências para a unificação do livro didático que apoia o ensino de 1.º e 2.º graus, no que se refere aos conteúdos programáticos do núcleo comum, das referidas grades curriculares.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

A política educacional no Brasil carece de realismo e brasilidade.

Sem entrar no mérito da indispensabilidade ou não do livro didático, desejo expressar os reclamos frequentes da população com relação à prodigalidade na adoção de novos títulos a cada ano, nas várias instituições de ensino. Ainda que se argumente a renovação no ensino e a aplicação de novos procedimentos didáticos, não se concebe que uma população carente, em todos os sentidos, deva arcar com o arrocho capitalista até no livro didático.

A opção por um modelo que persista pelo período mínimo de quatro anos, facilita:

— A instituição de postos de troca de livros didáticos, incentivando a formação do hábito de conservação e significando sensível economia, principalmente para as famílias

numerosas.

- A seleção de obras didáticas afins pertinentes a cada uma das áreas do núcleo comum ou mesmo a elaboração de um único volume para cada uma das áreas, possibilitando a correlação das disciplinas.
- O incentivo à ampliação, atualização e utilização adequada das bibliotecas escolares.
- A elaboração, pelos professores, dos textos de apoio atendendo as recomendações do MEC, quanto à interação nos diversos contextos culturais.

Embora esteja em vigor, no nosso Estado, o Decreto Lei n.º 7730, de 05 de setembro de 1983, que anexo a esse requerimento, cabe pedir ao Douto Conselho Federal de Educação que considere a validade da difícil tarefa de unificar o livro didático de apoio para as disciplinas do núcleo comum obrigatório, nos currículos de 1.º e 2.º graus, em âmbito nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, o documento denominado "Momento Nacional", de autoria da CNBB, publicada na Folha de São Paulo do dia 01.09.84, pág. 5.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais desta Casa de Leis, a matéria veiculada no Jornal Folha de Londrina, editada em data de 29 de agosto de 1984, da autoria de Carlos Chagas, sob o título "A Derrota Antecipada".

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 204/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência aos Surdos e Mudos, com sede e foro na cidade e Comarca de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Assistência aos Surdos e Mudos - ASSUMU, que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem sede e foro na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, à Rua Voluntários da Pátria, n.º 2.770, está registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Umuarama sob n.º 76, do Livro A/PJ, inscrita no C.G.C.

77 218 048/ 0001 -03, declarada de utilidade pública pela Lei n.º 282, de 24.06.1976,

do Município de Umuarama, composição regular junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, segundo à anexa Certidão 1642/84, surgiu da semente lançada pelo casal americano John Ames e Charis Sand Ames, portadores de deficiência da audição, em março de 1972, que se depararam com grande número de crianças idênticas, com agravante de não contarem com qualquer recurso ou apoio ao encontro de soluções para os seus defeitos físicos. Daí, um grupo de pessoas da Comunidade de Umuarama, resolveram fundar uma Associação que procurasse atender às finalidades dos deficientes auditivos, no dia 24 de maio de 1974, foi então fundada a ASSUMU - Associação de Assistência a Surdos e Mudos, com fins filantrópicos e atendimentos aos deficientes da audiocomunicação, tendo como objetivo geral, reabilitar o excepcional portador da deficiência da audiocomunicação, dando atendimento e proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elementos para sua auto-realização, qualificação para o trabalho, preparo para o exercício consciente da cidadania, procurando através de meios técnicos a recuperação de sua deficiência visando a sua recuperação. No dia 09 de dezembro de 1982, com a aprovação em Assembléia Geral, foi a escola de deficientes denominada de CENTRO DE REABILITAÇÃO ARLETE RICHA, hoje funcionando em sede própria, numa área de 300 (trezentos) metros quadrados, em alvenaria, proporcionando atendimento a cinquenta e uma crianças; conta com oito professoras qualificadas que vêm desenvolvendo magnífico trabalho em prol dessas pessoas deficientes, com obtenção de grande êxito nos objetivos propostos.

Anexa-se a documentação exigida pela Lei Estadual 6998, de 10 de janeiro de 1978, pertinente à matéria em foco.

Preenchidas todas as condições legais e sociais, invoco, em favor dessa laboriosa Associação, o importante apoio dos Nobres Senhores Deputados no alcance desta proposição.

PROJETO DE LEI N.º 205/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., BANESTADO, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de um lote situado nas esquinas das Ruas 7 de Setembro e Barão do Rio Branco, na cidade de Wenceslau Braz, com área de 300,00 m², conforme Transcrição n.º 9083, Livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

Parágrafo Único — O presente imóvel deverá ser destinado para a construção da sede do referido estabelecimento e ficará gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade que deverão constar no texto da escritura de doação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

PROJETO DE LEI N.º 206/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Recuperação de Alcoólatras - "A.R.A." - com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço, conforme farta documentação anexa, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria referente a declaração de utilidade pública em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 207/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As custas processuais do foro judicial sofrerão uma redução de 50 % (cinquenta por cento) quando devidas pelo Poder Municipal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Tal benefício será uma forma de compensação pelos serviços de cooperação com o Poder Judiciário, constantemente realizados pelas Prefeituras Municipais por solicitação dos Juizes das Comarcas.

Nada mais justo que o Poder Municipal receba o mesmo tratamento quando vier a bater às portas da Justiça.

Com essa intenção é que estamos apresentando o presente Plano de Lei que por certo merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 208/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º — A presente lei organiza a estrutura das séries de classes do Grupo Ocupacional Planejamento, Administração e Apoio (PAA), da Coordenação da Receita do Estado (CRE).

TÍTULO II

DOS CARGOS

CAPÍTULO I

SEÇÃO ÚNICA

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 2.º — Os cargos de provimento efetivo da Coordenação da Receita do Estado, Grupo Ocupacional Planejamento, Administração e Apoio (PAA), integram classes e séries de classes.

Art. 3.º — A estrutura do Grupo Ocupacional "PAA", compreende quatro séries de classes distintas:

I - Técnico Administrativo 1 (TA-1)

II - Oficial Administrativo 2 (OA-2)

III - Assistente Administrativo 3 (AA-3)

IV - Auxiliar de Serviços Gerais 4 (ASG-4)

Parágrafo Único — As classes que formam as séries de Classes TA-1, (OF-2), e AA-3, são compostas de quatro referências.

Art. 4.º — As séries de classes de Técnico Administrativo 1 (TA-1), privativa de quem possui grau universitário completo, é composta de 3 (três) classes com a seguinte simbologia:

I - TA-1-a;

II - TA-1-b;

III - TA-1-c;

Art. 5.º — A série de classe de Oficial Administrativo 2 (OF-2), privativa de quem possui escolaridade completa de 2.º Grau, é composta de 3 (três) classes, com a seguinte simbologia:

I - OF-2 a;

II - OF-2 b;

III - OF-2 c;

Art. 6.º — A série de classes de Assistente Administrativo 3 (AA-3), privativa de quem possui escolaridade completa de 1.º Grau, é composta de 3 (três) classes, com a seguinte simbologia:

I - AA-3-a;

II - AA-3-b

III - AA-3-c.

Art. 7.º — O Grupo Ocupacional "PAA", é constituído de cargos com a seguinte especificação:

I - 100 cargos da série de classe TA-1, para a área de planejamento, assessoramento e administração superiores;

II - 360 cargos da série de classe OF-2, para a área de execução administrativa e assessoramento intermediário;

III - 520 cargos da série de classe AA-3, para a área de apoio administrativo em unidades fisco-arrecadoras, da capital e regionais.

§ 1.º — O número de cargos nas diferentes séries de classes do Grupo Ocupacional "PAA", corresponde às séries de classes TA-1, OF-2 e AA-3, e será fixado para cada classe na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a classe inicial, 30% (trinta por cento) para a classe intermediária e 20% (vinte por cento) para a classe final, em correspondência ao número total dos cargos da respectiva série de classes.

§ 2.º — As atribuições dos cargos descritos nos itens I, II e III deste artigo serão enumerados por ato do Secretário de Estado das Finanças.

TÍTULO III

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

CAPÍTULO I

DA NOMEAÇÃO

Art. 8.º — A primeira investidura em cargo do Grupo Ocupacional "PAA", verificar-se-á na forma do art. 21 da Lei n.º 7.051 de 6 de dezembro de 1978.

Art. 9.º — Será provido em cargos do Grupo Ocupacional "PAA", somente quem preencher os seguintes requisitos:

I - Ser brasileiro;

II - ser maior de 18 (dezoito) anos e menor de

35 (trinta e cinco) anos até a data da inscrição em concurso;

III - haver cumprido com as obrigações militares;

IV - estar em gozo dos direitos políticos;

V - ter boa conduta;

VI - possuir habilitação para o exercício do cargo;

VII - gozar de boa saúde física e mental, comprovada em inspeção médica;

VIII- não ter sido demitido ou exonerado por fato de que resultaria demissão do serviço público, Federal, Estadual ou Municipal.

CAPÍTULO II DA POSSE

Art. 10 — Posse é o ato que completa a investidura em cargo do Grupo Ocupacional "PAA".

Parágrafo Único — Independem de posse os casos de promoção, acesso e reintegração.

Art. 11 — São requisitos para a posse, além dos exigidos pelo Art. 9º, da presente lei:

I - habilitação prévia em concurso público, nos casos de provimento efetivo na classe inicial;

II- cumprimento das condições especiais previstas em Lei para cargos em comissão.

CAPÍTULO III SÉRIE ÚNICA

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 12 — Os funcionários do Grupo Ocupacional "PAA", ficam sujeitos à prestação de no mínimo 32 (trinta e duas) horas e 30 (trinta) minutos semanais de trabalho.

Art. 13 — Serão considerados parte integrante da jornada de trabalho, as atividades docentes e discentes e de administração de treinamento, quando vinculadas à formação, especialização e aperfeiçoamento do Grupo Ocupacional "PAA", e Grupo Ocupacional "TAF".

Parágrafo Único — Será permitido o pagamento de horas-aula, monitoria e de atividade auxiliar de ensino aos funcionários do Grupo Ocupacional "PAA", e Grupo Ocupacional "TAF".

CAPÍTULO IV DA PROMOÇÃO

Art. 14 — — Promoção é a elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior àquela a que pertencer, dentro da mesma série de classes, obedecidos os critérios de treinamento e avaliação do desempenho, simultaneamente.

Art. 15 — A Promoção Vertical processar-se-á da classe imediatamente inferior, última referência, para a classe imediatamente superior, referência inicial, desde que verificada a existência de vaga, e tendo sido satisfeitos os critérios de habilitação, avaliação e desempenho e treinamento.

CAPÍTULO V DO ACESSO

Art. 16 — Acesso é o ingresso do funcionário ASG, 4 AA-3 e DA-2, da classe final da respectiva série de classes, na inicial da série das classes AA-3, DA-2 e TA-1 respectivamente, respeitados a habilitação profissional, treinamentos exigidos e avaliação de desempenho.

Art. 17 — O acesso processar-se-á:

I - da série de classes DA-2 para a série de classes TA-1, pelo total das vagas existentes;

II- da série de classes AA-3 para a série de classes DA-2, na base de 50 % (cinquenta por cento) das vagas existentes;

III- da série de classes ASG-4 para a série de classes AA-3, na base de 50 % (cinquenta por cento) das vagas existentes.

Parágrafo único — As vagas restantes, nas séries de classes DA-2 e AA-3, que poderão, no entanto, ser aumentadas, se o número de candidatos ao acesso for inferior às vagas para aquele fim previstas, serão preenchidas por concurso público de provas e títulos.

TÍTULO IV DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 18 - Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado em lei.

Art. 19 - Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício no âmbito da CRE, correspondente ao vencimento mais as seguintes vantagens asseguradas por lei:

I - Gratificação de função;

II - Representação de Gabinete;

III - Adicionais;

IV - Gratificação por serviços extraordinários.

Art. 20 - As disposições do art. 100 e parágrafos da Lei n.º 7.051, de 6 de dezembro de 1978, aplicam-se exclusivamente aos funcionários integrantes do Grupo Ocupacional - "TAF".

CAPÍTULO II SEÇÃO ÚNICA DAS VANTAGENS

Art. 21 - Além do vencimento, poderá o funcionário perceber as seguintes vantagens pecuniárias:

I - Adicionais;

II - Gratificação;

III - Diárias;

IV - Ajuda de custo;

V - Salário-família;

VI - Auxílio doença;

VII - Gratificação por serviços extraordinários.

TÍTULO V CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 22 - Os vencimentos dos cargos do Grupo Ocupacional "PAA", do quadro especial da CRE serão fixados para cada categoria com base no vencimento do Técnico Administrativo 1, Classe C, Referência IV, observados os índices percentuais estabelecidos em Tabela de Escalonamento Vertical, contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único - O vencimento mensal do cargo de Técnico Administrativo 1, Classe C, Referência IV, é fixado em Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros).

Art. 23 - O funcionário do Grupo Ocupacional "PAA", integrante das séries de classes TA-1, OA-2 e AA-3, promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na Referência II, 4% (quatro por cento) na Referência III e 6% (seis por cento) na Referência IV, calculados sobre o valor da Referência I.

Art. 24 - Os funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, ocupantes de cargos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho ou pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, admitidos até à data desta lei, que não possuírem os requisitos do art. 4º, 5º e 6º prestarão teste seletivo para a série de classes de ASG-4.

Art. 25 - O Parágrafo Único do art. 72 da Lei n.º 7.051 de 6 de dezembro de 1978, fica acrescido das alíneas "a" e "b", com a seguinte redação:

"a" - o funcionário ocupante do Grupo Ocupacional "TAF", da Coordenação da Receita do Estado, terá o prêmio de produtividade integrado aos proventos da aposentadoria, calculado sobre a média dos percentuais produzidos nos três meses anteriores à protocolização do pedido, cuja média incidirá sobre o cargo e a gratificação de 2/3 do "quantum" do vencimento assegurado, quando a aposentadoria dar-se na forma do art. 73, inc. II;

"b" - O percentual de quotas de produtividade de que trata a alínea anterior, será constante e proporcional em relação à sua base de cálculo, e ao limite permitido para a percepção.

Art.26 - A Coordenação da Receita do Estado, colocará à disposição da Secretaria de Estado das Finanças, o contingente de pessoal administrativo necessário ao funcionamento das suas unidades a nível de gerência, assessoria, instrumental e de atuação programática.

Art.27 - Aplicam-se ao Grupo Operacional "PAA", no que couber, as disposições das Leis n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 e a 7.051, de 6 de dezembro de 1978.

Art.28 - A série de classes de ASG-4 é composta de 2 (duas) classes com a simbologia e número de cargos:

- I - ASG-4 com 10 cargos;
- II - ASG-4 com 20 cargos.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS CAPÍTULO ÚNICO

Art.29 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar teste seletivo interno para enquadrar os funcionários que a qualquer título, estejam prestando serviços em repartições da Administração Direta da Secretaria de Estado das Finanças - SEFI, em 31 de março de 1984.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo, abrange igualmente estagiários e funcionários municipais, sendo que estes deverão estar à disposição de repartição da SEFI há pelo menos um ano, conforme dispõem os artigos 34 e 35 desta lei.

Art.30 - O edital que regulamentar o teste seletivo de que trata o artigo 29, deverá relacionar as vagas e as repartições onde os candidatos aprovados terão exercício obrigatório.

Art.31 - A prioridade para a escolha das vagas será determinada pela classificação obtida, consoante o inciso I, do art.32, desta lei.

Art.32 - Para ajustar os cargos do Grupo Ocupacional "PAA" na estrutura da Receita do Estado, ao sistema de classificação instituído nesta lei, aplicam-se as seguintes regras de enquadramento:

I - ocupando-se, pelo sistema de fatoração, a partir das classes superiores, considerando-se sucessivamente a nota obtida no teste seletivo, o nível e a referência, o tempo de serviço na Secretaria de Estado das Finanças, a idade e a maior prole;

II - todos os funcionários do Grupo Ocupacional "PAA" serão enquadrados na Referência I;

III - os funcionários abrangidos por esta lei, poderão no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua publicação, optar pela situação em que se encontrarem, e poderão ser colocados à disposição de outros órgãos, e seus cargos serão extintos à medida em que vagarem.

Art.33 - O servidor da Coordenação da Receita do Estado (CRE), contratado como conferente de materiais poderá fazer teste seletivo para a série de classes OA-2, independente dos requisitos exigidos no art. 5º, desta lei.

Art.34 - O servidor municipal que na data desta lei estiver à disposição da Secretaria de Estado das Finanças - SEFI - há mais de um ano, poderá fazer teste seletivo para a série de classes de AA-3.

Art.35 - O servidor estagiário que em 31 de agosto de 1984 estiver prestando serviços na Secretaria de Estado das Finanças - SEFI -, poderá fazer teste seletivo para as séries de classes de AA-3.

Art.36 - É assegurado aos servidores abrangidos por esta lei, a inscrição em mais de um teste seletivo atendidas as habilitações profissionais para cada caso, exceto aqueles descritos nos artigos 34 e 35 precedentes.

Art.37 - Após o enquadramento de que trata o art.32 e incisos, o Chefe do Poder Executivo baixará Decreto extinguindo os cargos da CLT do quadro da Secretaria de Estado das Finanças - SEFI, exceto 10 (dez) cargos de serviços gerais que serão ocupados por motoristas e serventes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo não se aplicam aos cargos ocupados por servidores que não optarem por esta lei, na forma do art.32, inc. III, desta lei.

Art.38 - As disposições do art.5º e seus parágrafos, da Lei n.º 7.787 de 22 de dezembro de 1983, prevalecerão para o primeiro concurso que se realizar após a vigência desta lei, para provimento de cargos de classe inicial da série de classes de Agente Fiscal 3.

Parágrafo Único - para os fins deste artigo:

I - não aplica o disposto nos artigos 88 a 95, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e 68 a 70 da lei n.º 7.051, de 6 de dezembro de 1978;

II - os servidores candidatos ao acesso submeter-se-ão ao referido concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive quanto à inscrição mas serão classificados em listas separadas.

Art.39 - Os cargos vagos da série de classes ASG-4, poderão ser transformados, por Decreto ao Chefe do Poder Executivo, para cargos das séries de classes TA-1, OA-2 e AA-3, desde que não haja aumento de despesa.

Art.40 - Dentro de 60 (sessenta) dias da data desta lei, a Secretaria de Estado das Finanças - SEFI, baixará ato determinando a lotação de todas as suas unidades sujeitas à Lei n.º 7.051, de 6 de dezembro de 1978 e a esta Lei.

Parágrafo Único - O funcionário ocupante do Grupo Ocupacional "TAF" excedente, perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade e a gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento.

Art.41 - O Cenpre - Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita, encarregar-se-á da elaboração e aplicação dos Testes Seletivos de que trata esta lei.

Art.42 - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de lei que submetemos à alta apreciação desta Casa de Leis, decorre do propósito de dotar a Coordenação da Receita do Estado - CRE -, da Secretaria de Estado das Finanças - SEFI -, de uma estrutura formal e gerencial de Recursos Humanos condizentes com as necessidades da dinâmica da administração tributária.

Este trabalho pretende um avanço na Administração Pública do Estado. À Coordenação da Receita do Estado - CRE -, a quem incumbe os encargos relacionados com a coordenação, a programação e o exercício da tributação, da arrecadação e da fiscalização de tributos, ressurte-se de uma estrutura de apoio administrativo definida, o que implica em deslocar grande força de trabalho fiscal para a execução de tarefas alheias aos seu mister, com custo exacerbado e comprometimento

da eficácia de sua atribuição maior - a do controle, arrecadação e fiscalização do imposto.

A custo insignificante, conforme demonstra o quadro anexo à preposição, consulta os superiores interesses da administração e oferece ao funcionário administrativo a oportunidade de vislumbre e, realização.

A estrutura funcional da Secretaria de Estado das Finanças - SEFI, passa a contar somente com funcionários estatutários, o que vale dizer que só poderá pertencer ao seu contingente de pessoal o servidor concursado.

Não se pode admitir que o fiscal, cuja atividade é precípua de campo, portanto, extra-repartição, execute funções internas, por desvio, e a alto custo. O presente projeto de lei, libera expressivo contingente de pessoal para a atividade fisco-arrecadadora, profissionaliza o funcionário fiscal e permite a administração racional dos Recursos Humanos da Secretaria de Estado das Finanças - SEFI, portanto, estamos certos de que a nossa proposição merecerá desta Colenda Casa o necessário e conseqüente aprovação.

ANEXO I

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL A QUE SE REFERE AO ART. 22

Série de Classe	Classe	Ref.	Percentual
TA-1	C	IV	100
TA-1	C	I	94
TA-1	B	I	88
TA-1	A	I	82
OA-2	C	I	60
OA-2	B	I	55
OA-2	A	I	50
AA-3	C	I	40
AA-3	B	I	35
AA-3	A	I	30
ASG-4	B		28
ASG-4	A		25

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Recentemente, nesta Casa tivemos a alegria e a satisfação de percebermos o Legislativo comemorando os seus 130 anos.

A tônica dos pronunciamentos nesta ocasião sempre foi a valorização do legislativo, para que este Poder independente se fortaleça. Todos nós assim almejamos. Mas, eu colocava ainda no meu pronunciamento de que a valorização do Legislativo está vinculada à qualidade dos Parlamentares. Nem só as leis nos darão a independência.

E é o Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós estamos a testemunhar no presente momento, na Nação, uma atitude parlamentar que diminui o nosso poder.

Enquanto nós clamamos por valorização do Legislativo como poder independente, é injustificável a atitude do Presidente Moacir Dalla, quando pede tempo para dar a sua resposta, se colocará ou não

em votação na Câmara Federal, no Congresso Nacional, a Emenda Teodoro Mendes.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é um direito do Parlamentar votar contra ou a favor a emenda proposta.

É direito do Parlamentar pela, sua consciência ou pela fidelidade aos grupos que pertençam, votar sim ou não.

Então, me preocupa até onde e até quando nós vamos ficar falando em valorização do Legislativo, em independência do Legislativo, em fortalecimento do Legislativo, e fatos como este continua acontecendo.

A Emenda Teodoro Mendes precisa vir para a Mesa de decisões. O Congresso precisa se manifestar, e não cabe ao Presidente humilhar este Poder pedindo prazo para dizer se vai colocar em votação ou não. A que fontes consulta o Presidente; a quem foi recorrer o Presidente para saber se poderá ser posta na ordem do dia ou não?

Isso não é valorizar o Poder, se ao Executivo, que recorrerá ao Presidente, nós estaremos diminuindo o Poder frente a uma força estranha ao nosso poder, se aos militares, nós estamos diminuindo mais ainda o Poder Legislativo quando subordinamos a decisões externas da Casa.

Então, quero fazer o meu protesto desta tribuna, ainda porque o momento paranaense ainda é de regozijo pela passagem de 130 anos do Poder Legislativo. Até porque todas as bancadas com assento nesta Casa, nos pronunciamentos que fizeram, proclamaram a independência do Poder Legislativo.

E é lamentável que venhamos vê-lo através de um dos mais ilustres representantes, subordinar os interesses do Legislativo a interesses estranhos ao do Congresso Nacional, pedindo tempo para colocar na ordem do dia a votação que o Brasil inteiro espera.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesta tribuna representando a vontade e totalidade do nosso partido, gostaríamos de ver a Teodoro Mendes votada e aprovada, porque sempre foi a nossa bandeira e sempre será. Queremos eleição direta para Presidente da República como forma de respeito à opinião pública brasileira que a todos instantes está chamando por isto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós gostaríamos de registrar nos Anais deste Poder Legislativo a nossa grande preocupação com os bancários do nosso País.

A categoria bancária brasileira, composta, aproximadamente de 700 mil trabalhadores, tem se relevado como uma das maiores prejudicadas com o arrocho salarial. E nós que somos de origem, também funcionários de Banco, no passado, evidentemente não poderíamos deixar aqui de manifestar a nossa preocupação com os bancários de nosso País.

Nós sabemos, perfeitamente que através dos Decretos Lei 2012 e 2045, por imposição do FMI vem trazendo sérios prejuízos aos bancários do nosso País.

É evidente, Senhor Presidente e Senhores Deputados,

que nós que conhecemos a luta dos bancários, sabemos as dificuldades que passam, o bancário quando chega ao seu estágio de produzir para o Banco ele é bem reconhecido, depois, dado o cansaço da responsabilidade que tem em seus ombros, que nós sabemos o quanto é a responsabilidade de um bancário nós sabemos, perfeitamente, que, após anos de trabalhos prestados já começam a ser marginalizados, começam a ser transferidos, para que os mesmos peçam as suas contas, porque já não há interesse mais do Banco em que eles permaneçam.

É isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados pois não haveríamos de insistir na aposentadoria do bancário: aos 25 anos, e nós entendemos que a sua situação é muito difícil porque hoje nesse País, quem leva grandes vantagens, quem obtém grandes lucros, são somente os Bancos, e também procuram de todas as formas marginalizar os seus funcionários!

É isto que, nesta tarde, venho dizer desta tribuna, a grande preocupação deste Deputado junto aos bancários deste País, e somos solidários à luta empenhada pelos funcionários para que a marginalização através da imposição do Governo Federal tirando os direitos do cidadão brasileiro em todas as camadas sociais e é justo que esses funcionários do Banco exijam salários condizentes com a sua responsabilidade através do compromisso que têm junto às instituições bancárias.

E é isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando num País onde nós vemos tantas injustiças quando a classe dos bancários nas décadas passadas, nós podemos testemunhar que de 1960 a 1963 o bancário, realmente era muito mais bem remunerado, do que no ano de 1984, e aqui fica o meu protesto a todas as instituições bancárias, pelo não reconhecimento do grande valor e da grande responsabilidades dos seus funcionários.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Algumas vezes, não só nós mas também outros ilustres Parlamentares desta Assembléia Legislativa têm vindo a esta tribuna para denunciar, em primeira mão, e também solicitar e exigir providências, não só do nosso Governo do Estado, que não é o maior responsável sobre o assunto, mas principalmente do Governo Federal, no que diz respeito ao uso indiscriminado de agrotóxicos em nossas lavouras.

E, pouco se tem conseguido em cima disso!

Nós tivemos oportunidade de, no ano passado, e também no primeiro semestre deste ano, trazer ao conhecimento, não só desta Assembléia, mas também do Paraná como um todo, notícias, fatos bastantes concretos até por sinal, da mortalidade de pessoas, de agriculturas e não só de agricultores, mas também de consumidores, que vem ocorrendo em nosso Estado, em função do uso desordenado, desorganizado, e indiscriminado deste veneno que, se num dado momento é importante para a agricultura mas que, se utilizado de forma incorreta, pode levar à morte

não só a própria agricultura, mas também, os agricultores e consumidores dos produtos tratados por agrotóxicos.

Entretanto, no dia de ontem, mais precisamente, no programa apresentado pela Rede Globo, o "FANTÁSTICO", pudemos sentir de perto que não só nós parlamentares com assento nesta Casa, mas também, uma empresa de televisão, a maior deste País, curvou-se, no nosso atendimento, aos reclamos de toda a sociedade brasileira, principalmente daqueles técnicos mais envolvidos com o problema dos agrotóxicos. E pudemos assistir ontem, numa reportagem especial levada ao conhecimento de todos os brasileiros, os graves e seríssimos problemas que vêm sendo causados pelos agrotóxicos não só no nosso Estado, mas em todo Brasil.

Ficamos mais orgulhosos ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em saber e em poder assistir que um colega nosso de Bancada, um paranaense, esteve dando a sua opinião e colocando o seu posicionamento neste programa, o companheiro Paulo Cesar Furiatti que, sem sombra de dúvida é um dos maiores trabalhadores e defensores da Lei dos agrotóxicos, com o qual tivemos o prazer e a satisfação de somar e apresentar, em conjunto com o Deputado Sabino Campos e Rubens Bueno, nesta Assembléia, e que foi aprovado.

Temos lutado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que esta lei, hoje já aprovada por esta Assembléia, e em fase final de regulamentação pelo Governo Estadual, possa ser levada adiante, possa ser aplicada em seu todo em nosso Estado, porque, desta maneira, nós estaremos atendendo não só aos anseios da nossa população, população do Estado do Paraná, mas, hoje, também, estaremos atendendo não só aos anseios de toda a comunidade brasileira, conforme ficou explicitado, bem demonstrado no programa apresentado pela Rede Globo.

Gostaríamos, neste momento, de render nossas homenagens à Rede Globo, por esta brilhante iniciativa, à TV Globo que tem se empenhado em mostrar, principalmente através dos seus programas voltados para o meio rural, a importância do setor agropecuário do nosso País.

E, ontem, mais uma vez, essa emissora veio demonstrar a sua preocupação com coisas de interesse da sociedade brasileira.

Fica aqui, portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa sincera gratidão, o nosso reconhecimento pelo valor de uma reportagem levada a efeito no programa "FANTÁSTICO" na noite de ontem. Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê).

"A propósito de risco do uso indiscriminado ou em excesso dos agrotóxicos, denunciado ontem pela Rede Globo de Televisão, vale lembrar a importância da tecnologia difundida pelo técnico de alto nível da EMBRAPA, agrônomo Edilson Bassoli de Oliveira, falecido em desastre aviatório no dia 19 de abril, em Imperatriz, no Maranhão.

Denominada de manejo de pragas da soja, tratar-se de técnica que combina a ação de fatores naturais aos métodos de controle químico, pois,

além de aproveitar a capacidade de recuperação das plantas de soja, estimule o agricultor a verificar quanto à real necessidade de aplicação de inseticidas em sua lavoura.

Saliente-se que esse programa foi conduzido inicialmente, a nível experimental, pelo IAPAR (Londrina) e pela FECOTRIGO (Cruz Alta - RS), sendo posteriormente, entregue à responsabilidade do Centro Nacional de Pesquisa de Soja, da EMBRAPA, em Londrina, a quem cabe coordenar o Programa de Manejo de Pragas no Brasil, e conduzir oficialmente as pesquisas com soja no Estado do Paraná.

O benefício da adoção dessa tecnologia, está, justamente, na redução de aplicações de inseticidas, para combater as pragas durante o ciclo da cultura, evitando, inclusive, a elevação desnecessária das despesas e o aumento sensível de custo da produção por área.

A redução do número de horas trabalhadas por trator, contribuindo para maior vida útil da máquina, como o menor consumo de óleo diesel e lubrificantes, implicam em significativa economia de divisas para o País.

Com o emprego do manejo de pragas, o aumento de competitividade da soja brasileira no mercado internacional, o equilíbrio biológico da fauna entomológica, a diminuição dos índices de poluição ambiental e a menor incidência de intoxicação pela utilização de inseticidas são resultados bastante evidenciados, que recomendam à adoção em toda área cultivada.

Outros benefícios como a economia de transporte, em razão do menor consumo de inseticidas, combustíveis e lubrificantes, que teriam de ser levados para as regiões produtoras de soja, a preservação do equilíbrio biológico na lavoura, agredido cada vez mais, pelo uso de inseticidas, os quais provocam também a morte dos inimigos naturais, ocasionando a reinfestação de pragas com população superior a que havia antes da aplicação de inseticidas, evita prejuízos ao ecossistema (flora e fauna) causados pela poluição do solo e dos rios.

Assim, o emprego dessa tecnologia desenvolvida a difundidas pelo agrônomo Edilson Bassoli de Oliveira, e pelos técnicos do IAPAR e do Centro Nacional de Pesquisa de Soja - EMBRAPA, no Paraná, uma vez estendida aos 8.5 milhões de hectares de cultura de soja no Brasil, reduzindo, consideravelmente, o número de aplicações de inseticidas, o uso de máquinas e o consumo de combustível configurar-se-á como uma inestimável ajuda ao bem estar da sociedade em geral, e que vale, agora, e a propósito, ser aqui lembrada.

Solicito desta tribuna, Senhor Presidente, que seja dado ciência, ao IAPAR, ao Centro Nacional de Pesquisa de Soja e à EMBRAPA, do reconhecimento deste Deputado e, por extensão, deste Poder Legislativo, pelo significado e importância dessa contribuição em favor do Brasil, augurando que métodos que privilegiam os processos naturais, sejam, através de pesquisas específicas, cada vez mais aperfeiçoados e em seguida difundidos.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para

o Grande Expediente, Senhor Deputado Nilso Sguarezi. (Declina).

Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Oswaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa ouvido o Plenário seja enviada ao Excelentíssimo Senhor Governador, solicitação de plano integrado, reunindo as Secretarias, de Saúde, Educação e Assuntos Comunitários visando a implantação do sistema estadual de creches junto as escolas do Estado.

JUSTIFICATIVA:

Considero de fundamental importância a assistência integral à criança, principalmente nos primeiros anos de vida.

Na situação sócio-econômica, insustentável em que se encontra a nação; os fatores interligados que possamos a expor se intensificam a cada dia:

- O alto índice de mortalidade infantil por falta de condições mínimas de saúde e alimentação, além das condições da mãe durante a gestação.

- Os acidentes de várias naturezas de que vítimas crianças, enquanto os pais trabalham ou permanecem hospitalizados.

- Considere-se por exemplo "os números" do Hospital de Queimados ou do Clube de Soda.

- As crianças que deixam de frequentar a escola porque cuidam dos irmãos menores, na ausência da mãe que trabalha.

A implantação do sistema estadual de creche junto à rede escolar, numa atuação conjunta das Secretarias referidas possibilitaria:

- Assistência alimentar, médica e educacional a um grande número de crianças carentes, das zonas urbana e rural.

Estima-se em 150.000 o número de crianças carentes em fase pré-escolar no Estado.

- Condições para as mães trabalharem fora de casa concorrendo para a melhoria da renda familiar.

A oferta maior de trabalho, no momento, é de empregada doméstica.

- Campo de treinamento profissional dos formados nas áreas de saúde, pedagogia e Assistência Social.

Estágios gradativos remunerados que serviriam à triagem dos funcionários que integrarão o quadro de funcionários.

- Convênios com as Universidades e Instituições de Ensino Profissionalizante para a Coordenação dos Estágios.

- Repasse de dotações orçamentadas referentes às obrigações sociais das empresas.

- Descentralização do atendimento à clientela, formando núcleos para a futura escola integrada, incentivando a vida comunitária.

- Envolvimento da comunidade na construção dos agregados ou adaptação dos espaços disponíveis, quando for o caso.

- A orientação dos pais por assistentes sociais, educadores sanitários ou pedagogos, por ocasião das reuniões dos usuários desse serviço.

A realização desse plano integrado, seja sem dúvida um processo dinâmico de geração de possibilidades

crescentes, atendendo a uma das metas prioritárias do Governo José Richa. A melhoria da qualidade da vida”.

Sala das Sessões, em

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitação para que seja agilizado um plano de ação conjunta, envolvendo as Secretarias de Educação, Saúde, Assuntos Comunitários e Segurança Pública, para a implantação de oficinas de orientação para o trabalho, assegurando assistência integral ao menor carente, ao abandonado e ao infrator.

JUSTIFICATIVA:

Entre os fatores que levam a marginalidade e ao crime organizado figuram de maneira destacada a formação de bandos por menores abandonados.

Acentua-se o problema de modo especial nas Américas. Apresentando-se nos Estados Unidos em faixas contrastantes da sociedade, os ociosos das famílias mais abastadas e aqueles dos guetos negros mexicanos ou porto-riquenhos, onde os jovens se afinam condenados pela segregação racial a subcondições de vida.

Na América Latina talvez o caso mais grave seja o da Colômbia, gerado por condições semelhantes às do Brasil com assustadores contingentes de delinquência juvenil e infantil.

No Brasil o problema assume dimensões alarmantes. A violência urbana é marcada por bandos de meninos que assaltam à luz do dia, numa busca desesperada de sobrevivência. Não menos alarmante é o processo de alienação gradativa que torna alguns apáticos como mortos - vivos.

Nos últimos três anos o índice de menores carentes cresceu 90% no Brasil, segundo o Presidente da Associação Brasileira de Juizes de Menores, Dr. Moacir Danilo Rodrigues.

Esse quadro é uma das transparências do modelo sócio-econômico brasileiro concentracionista, nitidamente suicida e sobre a qual se sobrepõem os véus, tais como: medidas paliativas, outras repressivas ou ainda aquelas “brilhantes” idéias Maltusianas dos extermínios gradativos ou esterelização das mulheres pobres.

O Estado do Paraná tem canalizado esforços em prol do menor carente e algumas cidades já adotaram o Projeto Meninos de Rua com relativo sucesso.

Os dados fornecidos pela Delegacia de Proteção ao Menor, porém, são expressivos tendo sido registrada a passagem de 6.000 menores, dos quais 2.500 reincidentes no período.

Estima-se que haja 350.000 menores carentes dos quais 50.000 só em Curitiba.

Faz-se necessário juntar forças no sentido de um projeto integrado abrangente aos vários níveis que supõe os trancos da problemática. A assistência deve ser indiscriminada ainda que datada de procedimentos específicos em cada uma das grandes divisões que serão estabelecidas a nível de análise:

1. O menor carente, aquele produzido pelo desemprego ou subemprego dos pais, habituado à vida familiar e que tenta frequentar a escola.

2. O menor abandonado, que em geral procede

de família desagregada e se agrupa através de uma liderança quase sempre marginal.

3. O menor infrator interno ou não, em escolas convencionais ou com possibilidade de reincidir.

4. O Menor deficiente de família pobre que não consegue frequentar escola especializada.

A experiência, mais que a lógica, aponta as faixas centrais como possíveis de se unificarem engrossando o índice do infrator e com a mesma possibilidade a primeira pode passar para a segunda, dependendo das circunstâncias, num círculo vicioso deprimente.

Da mesma forma a última das faixas é significativa em vista do sofrimento e das famílias por falta de condições que os levem a integrar-se e sentirem-se úteis.

A presente proposição tem o objetivo de curar a ferida enquanto é possível, a partir da integração dos órgãos governamentais com a comunidade, as universidades e as instituições religiosas ou leigas.

A orientação para o trabalho, em oficinas diversificadas, seria um primeiro passo que possibilitaria oferecer também a assistência alimentar, de saúde, e orientação educacional.

Considerando as características sócio-econômicas de cada Município (zona urbana ou rural) as opções de aprendizado dos ofícios será coerente com o emprego de mão de obra previsto no plano de desenvolvimento.

A coordenação municipal propicia a adequação ao contexto cultural e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e naturais de cada região.

O envolvimento efetivo da comunidade no projeto representa a integração desejável para o sucesso do projeto:

— Os aprendizes prestarão serviços na medida em que adquirem capacidade e que forem solicitados.

— A produção da equipe de aprendizes poderá ser comercializada revertendo a verba para a oficina de origem.

— A possibilidade dos aprendizes prestar estágio remunerado nas empresas locais.

— os orientadores serão selecionados entre os profissionais da localidade.

O estabelecimento de convênios com o MEC abriria um campo de treinamento profissional nas áreas da saúde, pedagogia, serviço social e psicologia, através de estágios gradativos.

Sendo a estruturação das oficinas de orientação para o trabalho tarefa para uma equipe multidisciplinar, registrarei apenas essas linhas de atuação.

Na certeza de que tal projeto será bem recebido, reafirmo minha convicção; é um princípio de justiça social, uma possibilidade de crescimento e o pagamento de uma dívida antiga, que aniquila as possibilidades de vida de tantos jovens.”

Sala das Sessões, em

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

É compromisso do PMDB solucionar o problema da criança abandonada no Paraná. Hoje somos Governo e somos Maioria neste Parlamento, e a responsabilidade é de todos nós por causa de cada criança que chora de fome, ou para toda criança que dorme ao relento. Todos somos responsáveis pela melhoria da vida social. E nós deveríamos realmente cobrar do Governo do Estado e da Federação uma atenção específica para a criança desamparada, desassistida ou rejeitada. Porque são eles que se constituirão no amanhã nos

grandes bandidos e nos grandes marginais, incomodando e intranquilizando a sociedade.

A criança tem na sua índole e na sua formação, a criança pobre a mesma índole e a mesma formação da criança rica. E nós precisamos é realmente orientar e amparar com amor, com carinho, as crianças rejeitadas pelo menos do nosso Estado. Todos temos esta responsabilidade social.

Cada vez que o nosso filho se alimenta é bom pensarmos que 25 ou 50 mil crianças dentro de Curitiba não têm esse mesmo privilégio.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos 10 minutos restantes do horário destinado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — O Sr. Deputado Mário Pereira, por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vossa Excelência que a Liderança dispõe de 10 minutos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Questão de ordem Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa entendeu agora a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

Está com a palavra no horário da Liderança do PMDB o Sr. Deputado Mário Pereira, por 15 minutos.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos a abordar o assunto da Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel, a FECIVEL.

Sr. Presidente, em maio deste ano de 1984, com a presença dos Deputados do PMDB e do PDS, com votação expressiva na região Oeste do Paraná, tivemos uma audiência com o Sr. Governador José Richa, solicitando naquela ocasião a estadualização da FECIVEL.

Acompanhando esta reivindicação, apresentamos trabalhos elaborados em Curitiba e em Cascavel, por uma Comissão formada por professores, alunos daquele estabelecimento de ensino, por vereadores e pelo vice-Prefeito de Cascavel.

Esses documentos, lá em Cascavel elaborados e os estudos aqui feitos em Curitiba, demonstrando a discriminação que há no ensino, com relação a Cascavel, sensibilizaram o Governador do Estado, que publicamente, perante uma centena de líderes empresariais, estudantis, políticos da comunidade do Oeste do Paraná, com a presença de prefeitos de outros municípios também, o Governador José Richa, comprometeu-se formalmente e publicamente, a estadualizar a FECIVEL, porque entendia que Cascavel era o quarto polo de maior influência neste Estado ou seja, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, e que a Faculdade de Cascavel atendia não só aos municípios cascavelenses, mas em seus bancos estudam oestinos de todas as cidades daquela região do Estado e que seria importante o apoio do Governo para que cada vez mais se fortalecesse a FECIVEL.

Argumentando desta forma, prometeu a estadualização, mas antes colocou uma ressalva, após a nossa luta em que eu convoco toda a comunidade,

dizia o Governador, de Cascavel para junto com o Governo tentarmos a federalização, pois é a União que tem a obrigação constitucional com o terceiro grau.

Mas como esta luta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pela federalização, é evidente que não se consegue resultados a curto prazo; prometeu mais o Sr. Governador do Estado, prometeu consignar recursos do orçamento, enquanto não se conseguisse — a federalização e caso não fosse conseguida a federalização, ele ainda no seu governo iria estadualizar a Faculdade de Cascavel.

Ora, diante da acolhida do Sr. Governador, as nossas proposições, a Comunidade de Cascavel, considerou ter conseguido uma vitória, as suas justas aspirações. Logo após aquela audiência, em maio de 84, nós passamos a gestionar, junto à Secretaria do Planejamento, para que fossem consignados recursos do Orçamento de 85, estes fossem suficientes, para o fortalecimento daquele educandário. Desta forma, estivemos lá, por diversas vezes. Paralelamente a isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre Deputado Edgard Pimentel, brilhante Deputado da minha cidade de Cascavel, apresentou um projeto que autoriza o Poder Executivo, o Governador, a estadualizar a FECIVEL. É evidente que o projeto autorizatório, depende da vontade do Governador. E o Governador já havia expresso a sua vontade, em maio, na audiência já antes aqui, por mim referida. Na minha opinião, agiu corretamente o Deputado Edgard Pimentel, já que havia a concordância e a promessa do Governador; apresentou o projeto, formalizando a promessa. Ocorre que nem a todos, isso se deu a entender, pois o projeto do nobre Deputado Edgard Pimentel, que diz no seu parágrafo 1.º, seu artigo 1.º: — “Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Fundação Estadual, a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras, de Cascavel,”; no seu artigo 3.º, dá um prazo de 120 dias. E ao dar o prazo de 120 dias, de certa forma, mesmo não tendo sido, acredito eu, esta, a intenção, se coloca em cheque, se coloca em dúvida, a palavra publicamente empenhada pelo Governador José Richa. E se naquela oportunidade, em maio de 84, a comunidade inteira se articulou, se mobilizou, para comparecer ao Gabinete do Governador, agora novamente se articulou, para dar o prazo de 120 dias, esquecendo-se o que o Governador havia dito, e se comprometido, é que nós havíamos achado ser uma vitória, de estadualizar, após uma luta pela federalização que é evidente que em 120 dias não pode se dar. Mas o mais importante e o que quer o Deputado Edgard Pimentel, o que quer este Deputado, o que querem as lideranças empresariais, políticas, estudantis, de Cascavel, é que seja viabilizada a FECIVEL. A palavra estadualização, federalização, no fundo, significam recursos para aquela faculdade. E o Governador havia se empenhado, havia, melhor dizendo, empenhado a sua palavra, que enquanto não se federalizasse ou se estadualizasse, ele consignaria recursos no Orçamento. E Sr. Presidente, eu tenho a informar, que o Governador José Richa, através da Secretaria do Planejamento, oficialmente presta esta informação. O Governador havia se comprometido com duas coisas: consignar recursos no Orçamento, enquanto não federalizasse ou estadualizasse; mas lutar pela federalização ou estadualização. A primeira parte, Sr. Presidente, está cumprida.

Eu quero declarar, que foi consignado no Orçamento que chegará à Assembléia no dia 15 de setembro, a quantia de um bilhão, 200 milhões de cruzeiros para a FECIVEL em 85. E para se ter uma idéia do montante dos recursos comparado às necessidades da FECIVEL, posso informar, que com o aumento autorizado pelo Conselho Federal de Educação, nas mensalidades, se multiplicarmos estes valores, valor médio pelo número 1.786 estudantes que tem a FECIVEL, nós não chegamos a alcançar a cifra de 90 milhões mensais. E as mensalidades são cobradas em 10 parcelas.

Portanto, um valor anual de 900 milhões de cruzeiros e o Governo coloca à disposição pela primeira vez na história da FECIVEL, o Governo do Estado do Paraná, coloca no seu orçamento recursos de 120 milhões mensais que é mais 30 milhões a mais do que tudo que a FECIVEL hoje arrecada cobrando mensalidades que os alunos com razão acham acima das suas possibilidades de pagamento. Num total, repito de um bilhão e 200 milhões de cruzeiros.

Ora, eu considero isto uma vitória do oeste do Paraná; uma vitória dos Deputados do PDS e do PMDB, os prefeitos do oeste que lá estiveram em maio de 84 no gabinete do Governador.

Considero uma vitória do Deputado Edgard Pimentel que apresentou projeto num interesse único de realmente ver estadualizada a faculdade. Num interesse único de ver recursos à disposição daquele educandário, fortalecendo e viabilizando de uma vez por todas a nossa FECIVEL do oeste do Paraná.

Em razão disto, esta vitória alcançada pela União do oeste, eu quero fazer um apelo ao Deputado Edgard Pimentel cumprimentando-o pela vitória, a que retire da ordem do dia o seu projeto que de certa forma tendo 120 dias, tendo o Governador cumprido o que prometeu, leva a um certo constrangimento apesar de reconhecer a validade ao ser apresentado o projeto e a importância que teve ele também na agilização na obtenção de recursos.

Fica um pedido em nome da Bancada do PMDB, considerando, Sr. Presidente, Sr. Deputado Edgard Pimentel e Srs. Deputados, que só no oeste do Paraná, nós não temos só Cascavel. Nós temos Marechal Cândido Rondon, Toledo, Foz do Iguaçu, Pato Branco, agora no sudoeste, Beltrão, Umuarama, tem dezenas de Faculdades isoladas no Estado do Paraná. E não é possível o Governo do Estado assumir o 3º grau por completo em nosso Estado. E no momento em que o Governador cumpriu o que prometeu a Vossa Excelência Nobre Deputado Edgard Pimentel, a mim ao Deputado Tércio Albuquerque, para falar - dos aqui presentes, o Deputado Caíto Quintana, Nilso Sguarezi, Deputado Odeni Mongruel, eu acredito que a vitória foi alcançada, que o intento que o levou a apresentar o projeto e pela segunda vez, brilhantemente, conseguir mobilizar a comunidade de Cascavel, seria um reconhecimento a que a primeira parte da palavra empenhada pelo Governador do Estado foi cumprida, a retirada deste projeto, evitando com isto que se abra um precedente no sentido que todas as Faculdades venham a ser estadualizadas, com projetos autorizatórios para a estadualização de todas as Faculdades, estando o Governo do Estado, impossibilitado, realmente, por falta de recursos, de assumir por inteiro o terceiro grau.

Eu peço à Liderança, mais alguns minutos, porque eu gostaria de ouvir o aparte do nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Com a palavra o Deputado Mário Pereira pelo tempo que achar necessário.

O Sr. Tércio Albuquerque — Meu caro Deputado, agradecendo o vosso aparte, aproveito a oportunidade também para agradecer o convite para comparecer, e compareci ao Palácio do Governo, para juntos reivindicarmos em nome do Oeste a estadualização da FECIVEL.

O Sr. Governador do Estado, naquele dia, realmente, fez um compromisso de lutar com todos nós, dando as mãos com os partidos políticos constituídos e ir até a presença do Governo Federal, pedir a federalização da FECIVEL. Caso contrário ele comprometeu-se com todos nós de viabilizar a estadualização da FECIVEL; entendo que o Governador tenha atendido, em parte as reivindicações da Faculdade de Cascavel, que Vossa Excelência e o Deputado Edgard Pimentel muito bem representam nesta Casa a iniciativa dos estudantes, dos pais de alunos, dos professores cascavelenses, e do Oeste, por que não dizer, a Faculdade que tem atendido toda a nossa região, em colocar para o Orçamento do próximo ano, uma cifra ponderável de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

Mas eu digo a Vossa Excelência que o coração vosso, do Edgard e de todos nós, pede que o nosso projeto continue em discussão, continue em votação, para que tenhamos a estadualização da FECIVEL.

Veja bem, meu caro Deputado, o Paraná é dividido em diversas regiões, região norte, região metropolitana, a litorânea, a oestina e muitas outras; a única região que não tem um recurso pago pelo Estado, de 3º grau e pelo Governo Federal, é a nossa região Oeste. Com isto eu não tiro a culpa dos governos passados, mas também não posso dizer que o Governador José Richa não tenha condições de apresentar o Oeste. Olha aqui, Toledo tem curso, Foz do Iguaçu tem, mas por enquanto quem está reivindicando é Cascavel, e Cascavel sendo atendida eu acredito até que os demais municípios poderão ficar com os seus recursos particulares e com seus cursos em fundação da cidade, mantido pelo próprio povo, com a ajuda do Poder municipal, esperando uma oportunidade lá de frente, mas eu acredito que Cascavel é premente, Deputado, que seja agora. Não vejo como o Deputado Edgard Pimentel, ilustre Parlamentar, colega de vossa região possa retirar o projeto de sua autoria, o que poderá acontecer, não acho correto, mas poderá, é o seu partido que tem maioria na Casa, derrubar o projeto do Deputado Edgard Pimentel. Mas o PDS não concorda com a retirada, o Deputado Edgard Pimentel, também, não irá retirar, acredito, porque esse moço é decente, e deve obrigação ao seu povo. E esse presente de um bilhão e duzentos milhões nós já estamos agradecendo, até de público, pode registrar na imprensa que é um agradecimento de toda a Assembléia Legislativa, mas não dá certo uma retirada.

Eu elogio os seus argumentos, Deputado, sua capacidade como professor, como profissional liberal de nossa região, como um grande Deputado, que tem crescido no conceito popular do Oeste e vai crescer ainda mais, se no final de seu pronunciamento, ao invés de pedir ao Deputado que retire por alguns dias, lhe dê apoio e vote em 2ª votação, hoje, o Projeto de Estadualização da FECIVEL.

Muito obrigado e desculpe a nossa intromissão no seu belíssimo pronunciamento.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Eu agradeço as palavras do nobre Deputado, representante de Foz do Iguaçu, Deputado Tércio Albuquerque, mas nobre Deputado, nós sabemos que em 85 mudará o Governo Federal, dois candidatos existem hoje, esperamos que haja mais candidatos com a aprovação da Emenda Teodoro Mendes, e, se Deus for brasileiro — porque o Presidente do Senado Moacir Dallas pediu orientação de Deus para ver se coloca, esquecendo-se daquele velho ditado popular que diz que “a voz do povo é a voz de Deus”, e ele não escutou o vozerio de milhões de pessoas pedindo para que se aprovasse as “diretas-já” espera escutar, quem sabe, uma outra vozinha sumida, que não a de Deus, representada pela população brasileira.

Mas, de qualquer forma, com eleições diretas ou indiretas, nós temos um novo Presidente da República no ano que vem, quem sabe com uma nova política educacional para este País; que não fique nos 4% do Orçamento para a educação e, sim, suba para 12%; e que passe o Governo Federal a assumir o ensino de 3.º grau, e que possamos nós, do Oeste, articulados com o Governo do Estado, reivindicar junto ao novo Governo, não no prazo de 120 dias, a federalização da FECIVEL e das faculdades estaduais do Paraná — porque só temos uma, hoje, federalizada, que é a Universidade Federal do Paraná.

O que eu peço ao Deputado Edgard Pimentel é não abrir mão de seu projeto; é retirá-lo por algumas sessões, e isso não inviabiliza que volte este mesmo projeto a Plenário.

O meu apelo fica no final, neste sentido, ao Deputado Edgard Pimentel, porque, a primeira parte da palavra do Governador, veja bem, concordou o Deputado Tércio Albuquerque, foi cumprida, e, portanto, merece um crédito, o Governador José Richa, e que irá cumprir a 2.ª parte.

E eu, dentro destas condições, fico impossibilitado de pôr em dúvida a palavra do Governador do Estado, que atendeu essa reivindicação, dando-lhe um prazo insuficiente de 120 dias para estadualizar a Faculdade, ele que já deu um bilhão e 200 milhões para 1985.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O Sr. Presidente — (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, nós comemoramos uma data festiva, o aniversário do futuro Presidente da República, Paulo Salim Maluf.

Nós do PDS, os autênticos, os homens que não querem outra coisa a não ser o bem-estar de sua terra e de sua gente, dentro da humildade, da tranquilidade em que o País está, queremos nos parabenizar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com esta data em que o futuro Presidente da República faz aniversário.

Dentro da humildade, com 53 anos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um homem, filho de imigrantes, vem ao Brasil e desponta, apesar dos percalços, como futuro Presidente da República. Apesar dos pesares, Sr. Presidente, o homem que conseguiu despontar e há de fazer deste País, um país feliz.

Há de fazer, conforme disse em suas declarações, um povo ordeiro, trabalhador, para que o Brasil, essa terra de gigante possa sair deste marasmo e

voltar para sua devida trajetória.

Paulo Maluf hoje, com 53 anos, 22 anos a menos do que seu opositor, homem que se fora “gagá” como foi chamado por deputado da Oposição com 59 anos, o que dirá o povo brasileiro, mais 14 anos sobre os ombros do homem honrado, um homem que foi companheiro do avô do Deputado Quiarele do Rio Grande do Sul; um homem que foi Ministro de Getúlio Vargas; um homem que foi Primeiro Ministro de João Goulart; um homem que levou o País à uma revolução não fraticida porque o povo brasileiro é um povo bom.

Que esperança temos de uma Aliança esdrúxula entre José Sarney, um homem que não queria eleições diretas; homem que por questão de acomodação vendeu-se para a tal “frente fria” que veio após esta união esdrúxula. Que se pode esperar do Olavo Setubal, de um homem como Miguel Arraes, unido com Olavo Setubal?

A Bancada do PMDB deve estar a sofismar porque eles não têm argumento.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — apenas para complementar meu raciocínio.

Não têm argumento pois foram as ruas nas “diretas já”. Eles falam nas diretas e lutam pelo Colégio Eleitoral. Alguns traidores do nosso Partido.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente eu queria apenas complementar meu raciocínio, se o Deputado tiver a delicadeza de deixar eu completar, eu darei o aparte.

Não tive o menor vexame de unir-se aos homens do PDS que quiseram ontem caçar, que quiseram tripudiar. Onde está a responsabilidade desta gente que dizia que Sarney era o “bruxo” do PDS? Hoje eles unem-se, graças a Deus, porque nos fizemos um expurgo em nosso Partido. Graças a Deus podemos dizer, hoje, “vinde aos bons e serás um deles”.

Hoje qual a defesa que tem o PMDB que levou num engodo, para ir à praça pública nas “diretas já”? É cara de pau...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Precisa Sr. Presidente que haja respeito. Darei o aparte Sr. Deputado, logo após completar meu raciocínio.

Precisa óleo de peroba para passar nos “caras de pau” que hoje recebem de braços abertos um José Sarney, um vice-Presidente da República que queria fechar a democracia brasileira. Onde estão agora? Com que ombridade Vossa Excelência me pede um aparte? Para dizer que Sarney é honesto; para dizer que os traidores são honestos. Eu lhe respondo; Maluf em 15 de março vai assumir a Presidência da República para mudar a situação geográfica do problema brasileiro e paranaense.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Após Vossa Excelência parar de tumultuar eu lhe darei o aparte, porque meu pai dizia que a educação cabe a qualquer lugar.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Guarde ela para você nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Nesta Casa Sr. Presidente, há uma falta de respeito, eu pediria o mínimo de respeito para um Deputado que talvez, como eu, sentou nos bancos escolares, até à 4.^a série.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Eu pensei, Deputado, eu pensei.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu cruço os braços, e desconte, Sr. Presidente, do homem que está...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Eu pensei, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência pensa, mas até os burros pensam. Vossa Excelência pensa mas não age como pensa, Vossa Excelência, que foi à praça pública...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Eu discordo de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — ...para defender as "diretas já", onde é que Vossa Excelência põe a cara?

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência que eu respeito, se Vossa Excelência se calar. Na sequência...

O Sr. Dirceu Manfrinato — De tanto pensar, o burro...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, por gentileza?

Sr. Presidente, é a ditadura, são homens que não sabem ler o revide, que não conseguem o reverso da medalha. Sr. Presidente, aparte, por que? Vão às ruas, falar nas "diretas" ou vão ao Colégio Eleitoral, espúrio conforme Vossas Excelências falavam. Vão às ruas, parar de mentir para o povo, porque, isto nós haveremos de dizer aqui desta tribuna — mentira, mentira, mentira!

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Após a sequência.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Mas quando? Quando terminar o horário de Vossa Excelência Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência está faltando com a educação.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Eu não, Senhor! Vossa Excelência é que tem medo de dar aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — O Deputado está eufórico,

está assim, atazanando...

O Sr. Dirceu Manfrinato - De ver o seu pronunciamento!

O SR. GABRIEL MANOEL - Pois ver, o que? Vão nas "diretas já", meu irmão; vão lutar pelas diretas, e depois, vão lá, fazer aliança espúria com Tancredo Neves e o Sarney!

O Sr. Dirceu Manfrinato - É muito fácil, Deputado. Conceda-me o aparte. Vossa Excelência é — grande orador, admiro Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu não sou grande orador porque talvez eu seja mais analfabeto que Vossa Excelência, mas eu tenho o mínimo de educação...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me dá a honra de um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, por favor, desconte-me, eu estou sendo importunado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra, o orador que se encontra na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, eu respeito o Deputado, é meu amigo particular, mas, ele está fora de órbita. Ele está vendo que, ontem, ele foi à praça pública para dizer ao seu povo que queria "diretas já", agora, querem "Tancredo já" agora, o que eles querem é Maluf na Presidência da República!

Senhor Presidente, eu respeito Sua Excelência, mas não posso dar um aparte a Sua Excelência porque iria passar por um vexame, o de "chover no molhado".

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me submeteria a passar por esse vexame com Vossa Excelência, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência, Deputado, tenha o mínimo de respeito com os meus cabelos encanecidos.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu tenho, "meu chefe", eu o tenho, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, não é possível fazer um discurso paralelo, Senhor Presidente. Deixe-me complementar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência, está com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL - Estando com a palavra, eu agradeço, Senhor Presidente.

E dizia, a alguns radicais do PMDB, que, "diretas já" já era. Tancredo Neves, coitado, vai dar um colapso nele, e vai mudar o Sarney e Vossas Excelências, vão ficar "pior do que cego em tiroteiro", como dizia o meu amigo Aníbal Khury, vão ficar como "cachorro que caiu do caminhão de mudança"

A expressão é diferente, vão ficar, ouviu, Deputado, é por isto que eu não lhe dou aparte neste momento é porque eu estou fazendo uma manifestação ao futuro Presidente da República.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu acho que Vossa Excelência devia ser delicado, pelo menos concedendo-me um segundo de aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL - No respeito, Senhor Presidente, no respeito a Paulo Maluf, porque eu dizia estes dias: "quando um turco jogar-se do 5.º andar, joguem-se atrás que o negócio é bom".

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vai cair em cima de uma mala de dinheiro.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pois é.

É obvio, elulante, que Vossa Excelência está perdido. O PDS, não foi à praça pública enganar o povo. O PDS não é partido de engodo...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mais do que já enganou durante 20 anos Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - O PDS, Senhor Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa solicita aos Senhores Deputados que pretendam apartear o orador que se encontra na tribuna, que o façam, regimentalmente.

O SR. GABRIEL MANOEL - O PDS, Senhor Deputado, não é Partido do engodo. O PDS não foi às ruas, não gastou dinheiro público para trazer ao povo, para pedir eleições diretas, e depois, Senhor Deputado, fazer aconchavo para assaltar o Poder, na eleição e no Colégio, das eleições indiretas. Onde estavam Vossas Excelências? Se Vossa Excelência sofre de amnésia...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

Vossa Excelência acusa, mas não dá o direito de aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência aguarde a sua vez. "Araruta tem seu dia de mingau".

O Sr. Dirceu Manfrinato - À hira em que terminar o seu horário, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência levou o povo, para tapear, para mentir, e agora, o Senhor Tancredo Neves, um coitado, que está encarquilhado, com 74 anos, é o "bode expiatório" de Vossas Excelências.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Em 15 de janeiro nós lhe daremos um aparte, com um convite para assistir a posse de Paulo Salim Maluf na Presidência da República, que está desmoronando essa aliança da "frente fria" que é mais fria que traseiro de pingüim.

Então, é por isso que eu não lhe dou aparte, é por isso que eu lhe darei oportunamente. Eu queria que Vossa Excelência no seu aparte dissesse onde estão os homens das diretas?

O Sr. Dirceu Manfrinato - É só Vossa Excelência me dar um aparte que eu digo.

O SR. GABRIEL MANOEL - Onde estão os homens

que queriam as eleições diretas? Onde está aquela barbaridade de dinheiro dos cofres públicos gastos em ônibus, gastos, Senhor Presidente, para trazer o povo, para tapear o povo?

A Argentina, que teve eleição direta, está com 600% de inflação. Onde estão os homens de Alfonsín? Onde estão os homens que não querem nada mais a não ser tapear o povo, a não ser iludir o povo? Porque já dizia o velho adágio popular: "a voz do povo é a voz de Deus", mas não se pode tapear o povo porque o povo é o seguinte: na expressão de Vossas Excelências...

O Sr. Dirceu Manfrinato - A prova disso é a vitória do PMDB no Paraná, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - E viva o rei e vou ao rei; o povo para o PMDB, queré pão e circo, e para o PDS, o povo quer realidade, quer trabalho quer honestidade, quer homens que não façam outra coisa a não ser trabalhar por sua terra e por sua gente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Como o Maluf, não é?

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência vai me desculpar. Não lhe dou aparte porque Vossa Excelência vai falar dos "dólares do Garanhão" e eu não vou consentir isso porque já é um fato consumado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência não dá aparte porque tem medo da verdade, porque sabe que eu vou dizer a verdade.

O SR. GABRIEL MANOEL - Desde quando Vossa Excelência falou a verdade? Quando Vossa Excelência falava da eleição direta, então Vossa Excelência faltou com a verdade. Agora, ao comungar com o Colégio Eleitoral, não lhe chamo de mentiroso porque lhe respeito, mas faltou com a verdade para o povo.

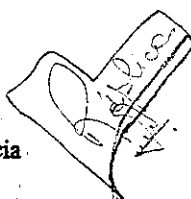
Onde estão os homens das eleições diretas? Onde está a verdade de Vossa Excelência? A verdade esdrúxula, a verdade... eu não tenho medo da verdade!

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência tem que dar o direito de defesa, Deputado. Vossa Excelência se diz democrata, onde está a sua democracia? Porque Vossa Excelência não dá o direito de defesa, ilustre Deputado. Onde está a sua democracia?

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência faz amanhã que eu estarei aqui para ouvi-lo. Onde estão as mariposas da ilusão? Onde estão os homens do PMDB, com raras exceções, que iam à praça pública trazer o coitado do trabalhador, explorar a miséria humana e pedir "eleições diretas já?" Onde está o ponto de vista firmado... (ausência de som).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo destinado por vossa liderança está esgotado, concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL - Muito obrigado, Senhor



Presidente. Deputado, na outra vez "diretas já".
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se a

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Senhores Deputados.
Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelsom Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 26/84, constante da Ordem do Dia marcada para o dia de hoje.

O SR. NILSO SQUAREZI (Pelo Ordem) - Senhor Presidente, nós temos várias matérias em votação e salvo melhor atendimento esse requerimento só poderá ser apreciado após esgotar a pauta com referência à matéria que se encontra em votação. É o nosso entendimento, e que a Mesa só poderá colocar esse requerimento em votação a partir do instante em que seja esgotada a pauta das matérias que se encontram em votação já que a preferência não pode se antecipar da matéria que se encontra em votação, apenas as que estão em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência, tem razão ao levantar a questão de ordem; quando a Mesa despachou este requerimento já foi tomando atenção no § 1.º, do artigo 103, do nosso Regimento Interno, que diz o seguinte: (Lê o artigo 103).
Então este requerimento, mesmo aprovado pelo Plenário, só atenderá a preferência do requerimento após excluir as matérias em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está Vossa Excelência, com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Exatamente este era o objetivo da Bancada do PDS ao apresentar o requerimento, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação.
Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Belinati, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação dos Projetos de Resolução n.ºs 119 e 120/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução n.º 55/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 70/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 05/83 de 25/10/83 ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 43/84, celebrado em 07/03/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Piên, objetivando a execução do PROSAFRAS exercício de 1983. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 56/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 71/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 08/83, de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 100/83, celebrado em 09/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Marialva, objetivando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 57/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 73/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 59/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 75/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 57/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que autoriza o Poder Executivo, mediante Convenio a repassar aos municípios o Produto da Arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis de que trata a Lei Estadual n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade.

EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 124/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que veda qualquer título de Distribuição de Dividendos a Funcionários e Diretores de Empresas de Economia Mista, nas quais o Estado seja acionista majoritário, e dá outras providências. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto, Como este projeto tem parecer contrário a Mesa colocará em votação de maneira inversa. Os Senhores Deputados que aprovam este projeto, queiram levantar-se.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, a constitucionalidade deste Projeto é matéria pacífica e tranqüila, ao contrário do que entendeu a Comissão de Constituição e Justiça, ele não cria despesas financeiras, simplesmente disciplina a participação Estado na Administração Indireta, as empresas públicas e notadamente as sociedades de economia mista.

O espírito do projeto é impedir que se continue fraudando balanços de empresas, para que se distribuam dividendos inexistentes e pretende consolidar a situação do funcionalismo público da Administração Indireta da mesma maneira que se consolida a administração do funcionalismo da Administração Direta.

Basicamente, o projeto tinha um engano na sua versão original, que já incorporamos em um substitutivo que apresentamos em segunda discussão, que é o aspecto que pretende garantir os direitos adquiridos de funcionários que terão os seus salários incorporados ao mesmo tempo que se proíbe a proliferação de 13.º, 14.º, 15.º, 16.º e 17.º salário.

Por ser um projeto de grande interesse para a moralidade pública dentro do programa de todos os partidos que se propõem como tal, eu solicito aos Senhores Deputados que votem contrariamente a posição errada da Comissão de Constituição e Justiça e declare em 1.^a Discussão a constitucionalidade do projeto ao mesmo tempo que este Deputado se propõe a corrigir a sua distorção com uma emenda que já se encontra na mesa em 2.^a Discussão.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar)

Senhor Presidente, quer me parecer que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, faz referência ao conflito da lei estadual com a lei federal, obviamente as empresas de sociedade de economia mista, as sociedades anônimas, as empresas paraestatais criadas, figuras jurídicas criadas pelo direito administrativo estadual colidem, se tiverem estas restrições que o eminente Deputado Roberto Requião pretende, colidem com as normas do direito comercial.

Em consequência disso, como a Legislação Federal tem prevalência sobre a Legislação Estadual, não é possível que através de uma lei estadual, pura

e simplesmente, se possam modificar dispositivos de direito comercial e da lei das sociedades anônimas

Entretanto, como a Bancada do PDS amanhã quer ver o substitutivo do eminente Deputado Roberto Requião, a bancada votará favoravelmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Os Senhores que aprovam, queiram levantar-se. APROVADO.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 01/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que dá nova redação ao art. 73, do Regimento Interno, e dá outras providências. (DA TRIBUNA LIVRE). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria.

A Mesa irá colocar em votação da mesma forma do anterior.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Este Projeto não é exatamente um projeto de iniciativa deste Deputado, era sim um compromisso da Bancada do PMDB, da nova Bancada do PMDB, no início desta Legislatura. Este projeto foi apresentado com a intenção de abrir espaços para a participação popular e valorizar a estrutura representativa. Não se pode confundir a intenção deste projeto, com a tentativa da organização da República conciliar. Este projeto visa abrir canais de participações. Ele pretende dar voz à população organizada dentro desta Assembléia, mas de maneira alguma substituir um mandato e a capacidade de decidir do Deputado. Evidentemente, que o simples fato de um Deputado ser eleito, não pode ser interpretado por via de consequência, que ele tenha se tornado também surdo aos clamores da sociedade organizada.

Esse projeto abre espaços, através de uma posterior disciplina à ação pela própria Mesa da Assembléia Legislativa, na sua regulamentação, para a sociedade organizada a nível do Estado do Paraná; abrirá espaços para a Associação Comercial; abrirá espaços para federações e sindicatos, quando mobilizados e autorizados por assembléias gerais, para que coloquem os seus problemas dentro do plenário da Assembléia. Problemas a serem colocados pelas federações e discutidos pelos Deputados.

A idéia básica deste projeto, é cortar com uma tendência nacional, da aproximação do Poder Executivo, com a sociedade organizada, quando ele passa por cima do Poder Legislativo. A idéia é evolucionista, no sentido de valorizar a representação parlamentar, abrindo canais de comunicação, com a sociedade. Este projeto já existe originalmente em alguns Estados americanos, notadamente a Califórnia e em alguns cantões e na própria República Suíça. Não se trata de uma idéia original, como Vossa Excelência pode verificar, nem mesmo da bancada. É uma tentativa de avanço, uma tentativa de mudança consertânea com as propostas que o PMDB colocava no Paraná, em 15 de novembro, de 1982: "Richa, ou fica como está". Desincumbi-me da tarefa delegada pela bancada, da qual, nesta oportunidade espero o apoio para o projeto que não é meu, mas de todos peemedebistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Continua em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem)
Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – A Mesa atende e irá proceder verificação de votação, requerida pelo Sr. Luiz Alberto Oliveira.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS – (Pela Ordem)
Sr. Presidente.

Eu queria apenas comunicar a Vossa Excelência e à Casa, que sendo designado membro da Delegação do Brasil, à 14ª Conferência Internacional de Escotismo, que se realiza nesta Capital, vejo-me forçado a ausentar-me das sessões plenárias desta semana, nesta Casa. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) A Mesa anota.

Vai se proceder a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Dez Srs. Deputados aprovam; Sete rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 01/83, 04/84, 60/84, 61/84, 62/84, 63/84, 64/84, 65/84, 66/84, 67/84, 68/84, 69/84, 70/84, 71/84, e 72/84.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 174/84 e dos Projetos de Resolução nºs 40/84, 41/84, 42/84, 58/84, 96/84.

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 199/83, 149/84 e dos Projetos de Resolução nºs 54/84, 55/84, 56/84, 57/84, 59/84.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 57/83, 124/83, e 26/84.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 93/84, 125/84 e dos Projetos de Resolução nºs 119/84, 120/84.

DISCUSSÃO ÚNICA – da Proposição nº 137/84.
Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti e com a presença dos senhores Deputados: Adhail Sprenger Passos, Edgard Pimentel, Osvaldo Alencar Furtado. A presente reunião contava com a presença dos senhores Ennio Marques Vianna Jr., Egidio Th. Sternodt Percy Rubens Glaser, Ludovico Budygier, Erwin Groger, João Luiz Veiga Silva, da Sociedade Amigos Ilha do Mel.

Iriberto A. Silveira, Rozi-Michele, da Suprema Ordem da Umbanda, Roberto Lange, do Movimento Sete Quedas Viverá, Amilton Rocha, Clube Paranaense de Montanhismo, Maria Luisa Merkle, Eduardo Felber, da ADEA, Rodolfo José Angulo, do IPARDES, Joacir Edson Policarpo, Maximiliano Sartor, Maria Alice Consalter, João Batista Campos, Eladio Bel Rosal, ITC, Egon Alberto Merkle, Osvaldo Navarro Alves, da Associação Curitiba de Canoagem, Cícero Bley Jr., da Sirehna, João Batista Quinzani ADEA Colombo, Reynaldo José dos Santos, da SEIN, Leonardo Brusamolin Jr., Ana-Carla de Seixas Santos, Estudantes de Arquitetura e Jussara Valentini, do Patrimônio Histórico e Artístico. O senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião, dizendo que objetivo da mesma se refere aos problemas aflitivos da Ilha do Mel. Passando a palavra ao senhor Eladio Bel Rosal, em primeiro, e em seguida falaram os senhores Eduardo Pereira da Paranatur, Roberto Lange, Cícero Bley Jr., Reynaldo José dos Santos, Eduardo Felber, Percy Glaser, Maria Luiza Merhler e Jussara Valentini, cujos pronunciamentos se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata, bem como os debates em que se pronunciaram os senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Orlando Pessuti. O senhor Presidente passou ainda a palavra a cada um dos participantes que desejassem pronunciar. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Gilberto Lamparelli Silva, secretário, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

(a) GILBERTO LAMPARELLI

Secretário

COMISSÃO DE RADAÇÃO 10ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de hum mil, novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA. Constatada existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE RESOLUÇÃO de nºs 49/83, 43/84, 44/84, 45/84, 46/84, 47/84, 48/84, 49/84, 50/84, 51/84, 52/84 e 53/84, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

(a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho ao ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do senhor Deputado José Tadeu França e com a presença dos senhores Deputados: — Ezequias Losso, Antônio Belinati, Edmar Luiz Costa e Odeni Mongruel. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, onde foram apreciados os seguintes processos: — PROJETO DE LEI Nº 21/83 — de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, anexado aeste, o Projeto de Lei nº 202/83 de autoria do senhor Deputado Fiori Luiz, que dispõe sobre “Eleições para a escolha de Reitores e Diretores das Universidades e Faculdades Estaduais”. Relator: Deputado Odeni Mongruel. Parecer: Contrário. Aprovado. — PROJETO DE LEI Nº 169/83, — de autoria do senhor Deputado Mário Pereira e outros, que autoriza o Poder Executivo, transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para menores “Professor Queiroz Filho”. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Deputado declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) JOSÉ TADEU FRANÇA
Presidente

(a) MARIA APARECIDA AMARAL
Secretária.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do senhor Deputado Paulo César Furiatti. Havendo número legal o senhor Presidente

declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, onde foi apreciado o seguinte processo: PROJETO DE LEI Nº 217/83 — de autoria do senhor Deputado Paulo César Furiatti, que dispõe sobre utilização de “AGROTÓXICOS CLORADOS” no Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Parecer: favorável pelo arquivamento. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Deputado declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Gilberto Lamparelli Silva, secretário, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) PAULO CÉSAR FURIATTI
Presidente

(a) GILBERTO LAMPARELLI SILVA
Secretário

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do senhor Deputado Paulo César Furiatti. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, onde foi apreciado o seguinte processo: — PROJETO DE LEI Nº 132/84 — de autoria do senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente e dá outras providências. Relator: Deputado Orlando Pessutti. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Deputado declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Gilberto Lamparelli Silva, secretário, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) PAULO CÉSAR FURIATTI
Presidente

(a) GILBERTO LAMPARELLI SILVA
Secretário